

**unesp** 

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
EM  
GEOGRAFIA**

**TERRITÓRIO, COMUNICAÇÃO E FINANÇAS: A INCLUSÃO  
FINANCEIRA E DIGITAL ATRAVÉS DOS DESDOBRAMENTOS  
DO BANCO POSTAL  
POLIANNA TEIXEIRA OLEGÁRIO**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS  
RIO CLARO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“Júlio de Mesquita Filho” Instituto**  
**de Geociências e Ciências Exatas**  
**Campus de Rio Claro**

**POLIANNA TEIXEIRA OLEGÁRIO**

**TERRITÓRIO, COMUNICAÇÃO E FINANÇAS: A INCLUSÃO**  
**FINANCEIRA E DIGITAL ATRAVÉS DOS DESDOBRAMENTOS DO**  
**BANCO POSTAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Gallo

Rio Claro – SP

2018

O45t

Olegário, Polianna Teixeira

Território, Comunicação e Finanças : A inclusão financeira e digital através dos desdobramentos do Banco Postal / Polianna Teixeira Olegário. -- Rio Claro, 2018  
96 p. : il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: Fabricio Gallo

1. Correspondente Bancários. 2. Bradesco. 3. Banco do Brasil. 4. CorreiosPar. 5. empresa rede. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**POLIANNA TEIXEIRA OLEGÁRIO**

**TERRITÓRIO, COMUNICAÇÃO E FINANÇAS: A INCLUSÃO  
FINANCEIRA E DIGITAL ATRAVÉS DOS DESDOBRAMENTOS DO  
BANCO POSTAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Fabricio Gallo

Prof. Dr. Márcio Cataia

Prof. Dr. Roberto França da Silva Junior

Conceito: Aprovada

Rio Claro/SP, 09 de novembro de 2018.

A Tereza e Sebastião, pais e amigos.

## AGRADECIMENTOS

Em uma pesquisa de mestrado desvios são necessários e recuos são inevitáveis, mas a vontade de conhecer o objeto, o contexto histórico, de debater com os autores é tamanha e se mostra como a grande via que conduz as expectativas, hipóteses, conclusões e previsões do estudo.

Nesse percurso, muitos companheiros somam-se a caminhada e, nesse sentido, merece menção, pois fazem parte deste texto final e não mencioná-los seria no mínimo “deselegante”.

Dessa maneira, agradeço toda a dedicação e esforço do meu orientador Fabricio Gallo. Este texto final é o resultado de um enriquecedor debate que iniciamos no primeiro dia de orientação. Desse modo, agradeço ainda pela confiança em minhas escolhas teóricas durante este período de pesquisa.

Agradeço aos professores que participaram de minha banca de qualificação, Roberto França e Márcio Cataia, pelas incisivas críticas e inspiradoras sugestões que forneceram o caminho no qual trilhei o percurso investigativo.

Agradeço ao professor Roberto França que, desde a graduação, debatemos instigadoras questões em relação aos Correios e a logística latino-americana.

Agradeço a todos os professores do programa de Mestrado em Geografia da Unesp. E, a todo pessoal da Seção Técnica de Pós-Graduação, em especial ao Rodrigo Rabelo dos Santos.

Agradeço aos meus pais, Tereza e Sebastião, pelo apoio em todos os obstáculos deste percurso.

E, finalmente, agradeço ao meu companheiro Lucas, meu território de segurança pessoal, onde suportei e dividi minhas angústias e inseguranças, mas também debati todas as inquietações que surgiram ao longo da pesquisa. Nestes dois anos e meio, ele sempre me trazia uma referência, uma fonte, ou muitas vezes com sua visão ingênua da temática, ampliava a discussão sobre meu objeto. Essa pesquisa seria outra, quem sabe muito menos interessante, sem você.

Agradeço à bolsa ProPg Unesp. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

De coração, obrigada a todos aqueles que de alguma forma me auxiliaram nesse percurso.

Vês! Ninguém assistiu ao formidável  
Enterro de tua última quimera.  
Somente a Ingratidão – esta pantera –  
Foi tua companheira inseparável!

Acostuma-te à lama que te espera!  
O Homem, que, nesta terra miserável,  
Mora, entre feras, sente inevitável  
Necessidade de também ser fera.

Toma um fósforo. Acende teu cigarro!  
O beijo, amigo, é a véspera do escarro,  
A mão que afaga é a mesma que apedreja.

Se a alguém causa inda pena a tua chaga,  
Apedreja essa mão vil que te afaga,  
Escarra nessa boca que te beija!

Versos Íntimos – Augusto dos Anjos

## RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar o uso do território pelo Estado através do Banco Postal. As transformações sociais, políticas e econômicas ao longo do século XX, aliadas ao aumento de seus fluxos materiais e informacionais permitiram às modificações técnicas dos Correios e dos Bancos, possibilitando a franca expansão dos serviços bancários e financeiros no território brasileiro. Dada sua natureza empresarial, esses agentes implementam um uso corporativo do território buscando vantagens lucrativas, ação essa efetivada por meio de uma solidariedade organizacional entre o Estado e empresas, uma vez que o Estado detém o monopólio das normas territoriais. Daí os serviços financeiros constituírem a variável particular dos Correios e do setor bancário nos anos 2000, pois aliam interesses públicos e privados na ampliação da mais-valia. O uso, e a crescente expansão, das tecnologias de informação e comunicação está modificando a estrutura técnica e jurídica dessas empresas ao mesmo tempo que modificam o território.

**Palavras-chave:** Correspondente Bancários; Bradesco; Banco do Brasil; CorreiosPar; empresa rede.



## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the use of the Brazilian territory by the State through the Banco Postal. The social, political and economical changes throughout the twentieth century, along with the increase of the material and informational flows, have allowed technical modifications in the Correios and in the banks enabling the great expansion of the financial and bank services in Brazilian territory. Given their entrepreneurial nature, these agents implement a business use of territory searching for lucrative advantages. This action is effectuated through an organizational solidarity between the State and companies, as the State holds the monopoly over the territorial norms. That's why financial services constitute the particular variable of the Correios and the banking sector in the 2000s, as they join the public and private interests aiming the amplification of the added value. The use and the continuous expansion of the communication and information technologies have modified both the technical and juridical structures from these companies, at the same as time as provoking changes in the territory.

**Keywords:** Bank Correspondents; Bradesco; Banco do Brasil; CorreiosPar; Network-Company.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Composição das bancadas do Congresso no ano de 2016 .....	24
<b>Figura 2.</b> Frames retirados do comercial do Banco Postal .....	54
<b>Figura 3.</b> Frames do comercial do Banco Postal .....	65

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Evolução do saldo anual das operações do Microcrédito e Crédito Consignado em Folha de Pagamento .....	59
<b>Gráfico 2.</b> Evolução das transações com movimentação financeira por grupo de canais (em bilhões de transações) .....	75
<b>Gráfico 3.</b> Evolução das transações sem movimentação financeira por grupo de canais (em bilhões de transações) .....	76

### TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Desempenho anual da rede de correspondentes vinculados ao Banco do Brasil .....	68
--	----

### MAPAS

<b>Mapas 1.</b> Distribuição do Banco Postal no Brasil, no ano de 2018 .....	15
<b>Mapas 2.</b> Distribuição do Bradesco no Brasil, no ano de 2007 .....	58

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
2 O PODER DO ESTADO BRASILEIRO NO USO DO TERRITÓRIO: a formação dos Correios e do sistema financeiro brasileiro.....	21
2.1 Correios e os usos estratégicos da informação no território nacional .....	30
2.2 Constituição do sistema bancário e financeiro no território brasileiro: integração das redes de comunicação .....	38
3 FORMAÇÃO DO BANCO POSTAL E O ALARGAMENTO TERRITORIAL DAS FINANÇAS: articulações entre Correios e Bradesco no território brasileiro.....	49
3.1 Correios e Bradesco: usos corporativos do território .....	53
4 NOVA REGULAÇÃO DOS CORREIOS: da empresa rede ao território em rede...	63
4.1 Implicações sociais e comerciais do serviço postal bancário na atualidade - a superação do modelo de negócio do Banco Postal? .....	71
5 CONCLUSÃO .....	80
REFERÊNCIAS .....	86

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Milton Santos (1997), o espaço geográfico é “um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações”. Esta categoria fundamental do pensamento geográfico expressa sentido semelhante ao conceito de Território usado.

O território usado “constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS et al., 2000, p. 104 -105). Esse conceito (SANTOS, 1998, 2002), se apresenta como instrumento analítico relevante, pois é “visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (SANTOS et al., 2000, p. 12).

Essa noção de território usado incorpora as relações de todos os atores, e assim nos permite explorar a totalidade do fenômeno geográfico. Nessa perspectiva, no debate sobre a configuração territorial brasileira e o uso da informação, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), ou os Correios, se destaca como principal objeto de investigação, dada sua complexa rede de fixos e seu poder hegemônico em sua área de atuação.

Nesse sentido, compreender as relações que envolvem os Correios, a informação e o uso do território (SANTOS, 1994), demanda tanto a investigação de suas manifestações concretas no espaço geográfico, bem como a pesquisa das manifestações políticas e ideológicas que se revelam nesse processo. Em outras palavras, podemos reconhecer as ocorrências físicas, palpáveis ou tateáveis que se evidenciam no território através das ações práticas e efetivas empregadas pelos Correios, ao mesmo tempo em que podemos examinar os conflitos e interesses que envolvem os agentes públicos e privados no interior da máquina do Estado.

Nessa perspectiva, o Banco Postal como objeto de estudo agrega a substancial necessidade de ser compreendido por essas duas matrizes de investigação: de um lado as materialidades (configuração territorial) e, de outro lado, as imaterialidades, constituídas pelas ações políticas, sociais, econômicas, empresariais, entre outras (SANTOS, 1997).

A partir daqui, destacamos duas pesquisas que agregam pontos fundamentais para o nosso estudo, produzidas por Sérgio Gertel (1991) e Igor Venceslau (2017).

Em relação a formação do território brasileiro balizada pela informação, Gertel (1991) realiza uma obra fundamental na dissertação de mestrado, “Geografia, informação e comunicação: a imagem postal brasileira”.

Segundo o autor, a ECT é uma empresa estatal que detém o monopólio postal. Sua estrutura e articulação territorial conformam um sistema de engenharia da comunicação. Seus instrumentos telegráficos e o fato postal edificam a infraestrutura que permite a informação circular.

Entretanto, com a mercantilização do serviço de correios e telégrafos, a informação vira mercadoria, de modo que, primeiro possui um valor comercial e em seguida valor social.

Com a criação da ECT, aliado ao desenvolvimento tecnológico, o objeto postal se transforma em mercadoria, isto é, se transforma em “um conjunto de instrumentos (produtos e serviços) disponíveis a todos os usuários para a comunicação postal”. (GERTEL, 1991, p. 117). A inserção dessa lógica empresarial nos Correios promove a “atividade comunicativa como produtiva, ligada à informação escrita enquanto integrante do processo de circulação econômica e social” (GERTEL, 1991, p. 117).

Já Venceslau (2017) em sua dissertação, “Correios, logística e uso do território: o serviço de encomenda expressa no Brasil”, discorre sobre os interesses do Estado na manutenção do monopólio postal e suas articulações com o mercado, tendo o setor logístico como objeto de estudo. Nesse sentido, Venceslau (2017, p. 27) investigou o papel atual da ECT na formação socioespacial brasileira, sob a tríade Estado–território–mercado.

Segundo o autor, por assegurar um serviço postal universal, a ECT entende e articula o “território visando uma política redistributiva, de maneira a permitir o acesso aos serviços fundamentais independentemente do lugar onde se esteja” (VENCESLAU, 2017, p. 221). Assim, “os fixos postais cumprem a função de fixos sociais, [já que priorizam], a distribuição igualitária e maior acessibilidade possível aos serviços públicos de qualidade, indispensáveis à consolidação da cidadania” (VENCESLAU, 2017, p. 222).

Nesse viés, a “atribuição geoestratégica do Estado encontra na instituição postal uma característica peculiar que possibilita articular todos os domicílios sob uma mesma lógica” (VENCESLAU, 2017, p. 221).

O autor defende que o monopólio postal, quadro normativo, assegura a “sobrevivência da ECT num cenário mundialmente competitivo e desigual, onde as corporações privadas se recusam a atuar nas regiões mais deficitárias, seguindo a perspectiva do mercado” (VENCESLAU, 2017, p. 223). Ao mesmo tempo, a manutenção do monopólio impede “que os lucros mais significativos sejam drenados para a iniciativa privada, cuja concentração em poucas empresas multinacionais levaria à inviabilidade da execução de políticas públicas que beneficiam a população brasileira.” (VENCESLAU, 2017, p. 223).

Nesse sentido, salientamos nossa investigação intitulada, “Da lenta circulação postal no “Arquipélago Brasil” à integração logística do território: o papel estratégico dos Correios na geopolítica e na integração do território” (SILVA JUNIOR e OLEGÁRIO, 2016). Nela, consideramos que, a partir dos anos de 1990, em meio a violência e voracidade do neoliberalismo, a ECT passou ao modelo de “economia mista”, atuando de forma estatal e estratégica, com isso, a empresa ganhou respeitabilidade entre as corporações e clientes, se mantendo como agente hegemônico no mercado nacional.

No período atual, esta condição de empresa com economia mista permite uma complexa articulação com outras corporações que possibilita o desenvolvimento de inovações tecnológicas, aquisição de conhecimento estratégico e impulsionar a circulação e acumulação de capital. No entanto, muitas dessas ações aprofundam a precarização das relações de trabalho e auxiliam no desmantelamento dos direitos do trabalhador. (SILVA JUNIOR e OLEGÁRIO, 2016).

Com o intuito de discutir estas questões levantadas pelos autores, e outras que envolvem a circulação postal, nesta dissertação temos como objetivo investigar o papel dos Correios como instrumento de difusão da informação financeira, através das ações práticas, políticas e sociais que circunscrevem o Banco Postal (BP).

A investigação a partir do BP, nos permite articular: fato postal como mercadoria, interesses do Estado e do mercado, monopólio postal, associação da ECT com outras empresas e, principalmente, o uso do território por esses atores.

O BP foi usado pelo Estado com o intuito de ser o veículo efetivo e eficaz da política pública de inclusão financeira. Desse modo, o Estado, ator hegemônico e soberano do território, usa os “fixos postais como fixos sociais” tornando possível unir “todos os domicílios sob uma mesma lógica” a do capital financeiro, amarrando o salário da população e o acontecer da vida cotidiana, primeiramente, a um banco

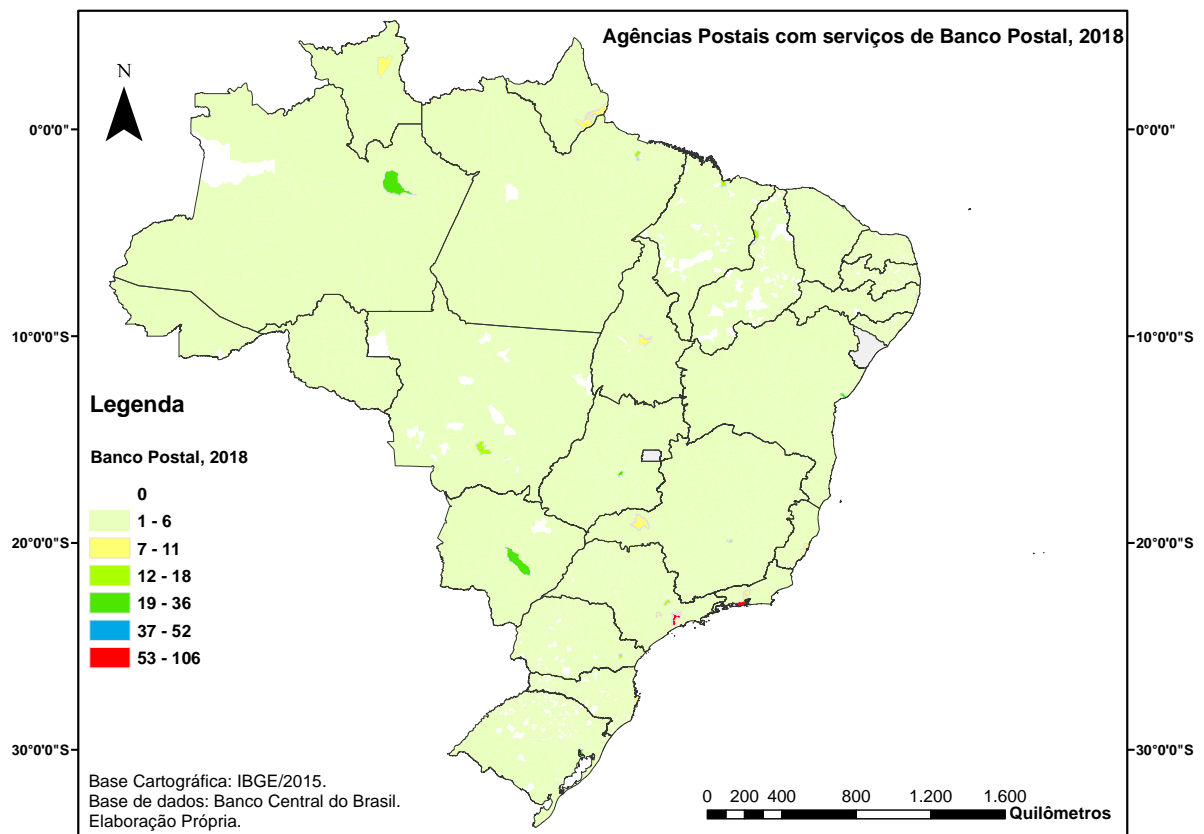
privado (Bradesco) e posteriormente a um banco público (Banco do Brasil). Assim, uma parcela significativa dos lucros é drenada a ECT e ao próprio Estado.

Pela tríade Estado-território-mercado, a ECT torna-se um instrumento valioso, para os atores estatais e empresariais, devido ao seu poder territorial, constituído pela capilaridade dos fixos postais e pelo montante de sua mão-de-obra.

A partir do final dos anos 1990, a rede de fixos dos Correios já estava presente em todos os municípios brasileiros, logo o serviço BP nasce nacional. O único correspondente bancário que detém o mesmo poder territorial que a ECT são as Casas Lotéricas, da Caixa Econômica Federal.

Desse modo, como instrumento de inclusão financeira o serviço BP está inserido em todas as agências próprias da ECT, alcançando todo o território nacional conforme mapa 1.

**Mapas 1.** Distribuição do Banco Postal no Brasil, no ano de 2018



A partir dos anos 2000, a capilaridade das agências postais, a infraestrutura tecnológica, a marca Correios e a credibilidade que ela implica, são transformadas em

mercadoria e vendidas em leilões. Daí a importância de analisar as relações deste fenômeno geográfico.

O BP atua de forma material e imaterial, já que através de um fixo geográfico, no caso, as agências postais, ele se materializa no território, configura e caracteriza os lugares, ao mesmo tempo que é o veículo de políticas públicas promotoras da cidadania.

No entanto, o BP é um instrumento da política estatal de “financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais” (OLIVEIRA, 1998, p. 19).

Ou seja, é fato que a implementação do BP permitiu a distribuição dos benefícios sociais na maioria dos municípios brasileiros, contudo, simultaneamente aumentou a capacidade de investimento e de acumulação de capital através das taxas bancárias e dos empréstimos. Assim, o BP é uma “norma técnica, política e organizacional” (SILVEIRA, 1997) que reestrutura a relação popular com as instituições bancárias, e com o próprio território.

Nesse sentido, o Estado imbuído pelo discurso global de inclusão financeira e digital como condição para a cidadania amplia a mais-valia e, em consequência, a expansão do capital financeiro. O aumento da receita dos bancos e da ECT permitiu a renovação técnica e política da empresa, oferecendo novos produtos que no período contemporâneo determinam outra lógica ao território.

Isso posto, recorrendo à analogia que a poesia permite, o Estado através do BP encarna a cínica persona de “Versos íntimos”, do poeta paraibano Augusto dos Anjos, ele é a mão que afaga, ao mesmo tempo em que é a mão que apedreja, em nossas palavras, ele é a mão que inclui, mas é a mão que explora.

Por esse viés, a fim de discutir essas diversas questões que cercam o BP, articulamos nossa investigação considerando as principais discussões que envolvem o Estado, os Correios, os bancos públicos e privados, para em seguida, delimitar o debate entre BP, inovações comunicacionais, financeiras e a população, que são o foco principal da pesquisa.

Segundo Gertel (1997, p. 69), “geograficamente, a informação é o instrumento, o corpo de conhecimentos que se tem de uma dada realidade territorial, no lugar (tempo-espço) social.” Com a implementação da rede de Correspondentes Bancários, os bancos ampliaram sua presença territorial, captaram



conhecimento/informação e criaram bancos de dados sobre os cidadãos, o que os permitiram aumentar o portfólio de produtos financeiros, expandindo seus lucros e clientes a cada ano.

Com o tempo os funcionários, vinculados aos correspondentes bancários, deixaram de ser apenas executores de saques e pagamentos e passaram a ser vendedores/ consultores de serviços financeiros, como vendedores de consórcio e financiamentos.

Dessa maneira, cursos técnicos para estes trabalhadores foram determinados a fim de ampliar o conhecimento bancário e a capacidade profissional dos correspondentes. Assim, eles foram treinados para realizar inúmeras operações bancárias, mas não foram reconhecidos legalmente como bancários, ao passo que, também não tiveram nenhum aumento salarial correspondente ao acúmulo de função.

Em vista disso, os servidores e os bancos parceiros ampliaram seus serviços, bem como a própria ECT se ampliou e se transformou. Graças a parceria bem-sucedida entre Correios, bancos privados e públicos, a ECT com o controle do monopólio postal superou todos os intentos de privatização, criou a subsidiária integral Correios Participações S/A (CorreiosPar), responsável por constituir subsidiárias, adquirir controles e/ou participações acionárias em empresas e gerir as relações de governança dessas empresas.

Através do uso da CorreiosPar, a ECT busca instituir subsidiária financeira em parceria associativa com o Banco do Brasil e passou a gerir uma empresa de telefonia, a Correios Celular, através da parceria com a EuTV, que atua com a marca Surf Telecom.

Nesse sentido, o uso crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação pelos bancos e pela ECT, aliadas à expansão da internet e do celular para a grande maioria da população está modificando todos esses atores.

Essas tecnologias tendem a minimizar a necessidade de existência física de agências bancárias e/ou correspondentes bancários, pois, os serviços oferecidos nesses fixos geográficos estão agora sendo disponibilizados nas particulares tecnologias de comunicação.

Dessa forma, Bancos e Correios buscam efetuar parcerias que os insiram nesse novo contexto histórico, diminuindo se possível sua presença física, mas aumentando sua presença digital no território com seus produtos, serviços e, acima de tudo, reduzindo os custos. Pois, “as técnicas apenas se realizam, tornando-se

história, com a intermediação da política, isto é, da política das empresas e da política dos Estados, conjunta ou separadamente.” (SANTOS, 2001, p. 26).

O cenário atual é definido por Manuel Castells como “Sociedade em Rede”, isto é, uma estrutura social “construída em torno de redes ativadas por tecnologias de comunicação e de informação processadas digitalmente e baseadas na microeletrônica.” (CASTELLS, 2017, p. 70).

A sociedade em rede é fruto da implementação de normas técnicas e organizacionais aplicadas por meio de ações políticas obedientes aos princípios do mercado global.

Nesse contexto, a formação socioespacial brasileira, é articulada ao mercado global por meio da implantação nos lugares de técnicas indispensáveis para a aceleração dos fluxos produtivos e financeiros. Dessa forma, os grupos que detêm o poder do Estado nacional garantem politicamente a aplicação dessas normas técnicas e organizacionais.

Assim, o Estado como ator hegemônico tem a capacidade de influenciar ideologicamente outros atores hegemônicos e os hegemonzados. Ademais, quando o discurso falha, ele tem o poder de legitimar a realização da mudança material, graças ao monopólio legítimo da força. Dessa forma, tanto as empresas, como os movimentos sociais, dependem do Estado para a implementação de seus projetos. Esse processo se revela através das ações e práticas do BP.

Nessa perspectiva, no capítulo, “O Poder do Estado Brasileiro no Uso do Território: a formação dos Correios e do sistema financeiro brasileiro”, circunscrevemos nossa análise na identificação dos grupos que configuram o Estado brasileiro e seus interesses no uso do território. Como aporte teórico, utilizamos os autores Claude Raffestin, Manuel Castells, Jean Gottman, María Laura Silveira, Fabricio Gallo, Francisco de Oliveira, entre outros.

Em seguida, nos subcapítulos, “Correios e os usos estratégicos da informação no território nacional” e “Constituição do sistema bancário e financeiro no território brasileiro: integração das redes de comunicação” que compõem esta seção, apresentamos algumas considerações sobre a formação socioespacial dos Correios, do sistema bancário e financeiro brasileiro, bem como, discorremos sobre a articulação destes atores com as tecnologias de informação e comunicação. Utilizamos os discursos de parlamentares, além dos autores, Sergio Gertel, Igor

Venceslau, Fabio Contel, Leila Christina Dias, Gentil Corazza, Saskia Sassen, François Chesnais, etc.

Já no capítulo, “Formação do Banco Postal e o Alargamento Territorial das Finanças: articulações entre Correios e Bradesco no território brasileiro”, pontuamos a constituição territorial dos Correspondentes Bancários e isolamos o BP, devido à sua natureza pública e a presença interativa na maioria dos municípios brasileiros.

Dessa maneira, no subcapítulo da seção, “Correios e Bradesco: usos corporativos do território”, discorremos sobre os resultados da parceria Correios e Banco Bradesco. Nessa investigação escolhemos analisar dados quantitativos obtidos nos relatórios anuais de ambas empresas, além de autores vinculados ao Banco Central como Luiz Edson Feltrim, Elvira Ventura e Alessandra Dold. Contudo, em todos os capítulos utilizamos como base teórico/metodológico a produção de Milton Santos, e intelectuais a ele vinculados.

No último capítulo, “Nova Regulação dos Correios: da empresa rede ao território em rede”, discorremos sobre os desdobramentos positivos da parceria estratégica entre Bancos e Correios que conduziram a ECT a criar uma subsidiária integral, a fim de buscar novas parcerias, ampliando seu uso do território. De forma que, evidenciamos os discursos dos sindicatos e das empresas que buscam reestruturar suas relações com a ECT e inserimos reportagens jornalísticas que anunciaram os desdobramentos do BP.

No subcapítulo, “Implicações sociais e comerciais do serviço postal bancário na atualidade – a superação do modelo de negócio do Banco Postal?”, apresentamos a ECT como operadora de celular que busca, junto ao Banco do Brasil, se tornar um agente financeiro através da subsidiária financeira, em associação igualitária. Para isso, pontuamos dados da Febraban que confirmam as possibilidades de inserção das tecnologias digitais no universo financeiro.

Assim, a expansão do uso do cartão magnético bancário, aliado a expansão da internet e dos aparelhos celulares conduzem a novas relações sociais, econômicas e políticas, gerando novas possibilidades de lucro.

Nesse sentido, em nossa perspectiva a ECT atua como uma “empresa rede” (CASTELLS, 2017), estabelecendo parcerias estratégicas em projetos, produtos ou serviços que tragam inovações tecnológicas, circulação e acumulação de capital. Em outras palavras, a ECT articula diferentes formas de sobreviver em meio a um cenário nacional e mundial extremamente competitivo.

Por fim, defendemos que com a implantação do BP reestruturaram os ganhos da ECT. No entanto, devido aos problemas trabalhistas, empresariais e as novas tecnologias, o BP se transforma numa “rugosidade territorial” (SANTOS, 1997) que, até então, aguarda um novo movimento para se reaquecer e expandir. De forma que, é possível assemelhar a atuação da ECT, a um mediador, um conciliador ou um árbitro da luta de classes brasileira. Ora ela usa o território como abrigo, investindo em políticas públicas e no desenvolvimento social da população; ora o usa como recurso, atendendo os interesses expansionistas de suas necessidades empresariais, bem como a de seus parceiros; ao mesmo tempo, a ECT determina a ordem, as regras e os limites de todas essas relações.

## **2 O PODER DO ESTADO BRASILEIRO NO USO DO TERRITÓRIO: a formação dos Correios e do sistema financeiro brasileiro**

Segundo Claude Raffestin (1993, p. 52), o poder se “manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos”. Já para Manuel Castells (2017, p. 57), “poder é a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de formas que favoreçam à vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder.”

Estas duas manifestações do poder no território são executadas pelo Estado nacional, uma vez que, ele é o único ator que detém o comando do território, que cria e efetiva as normas e técnicas que controlam a população, ao mesmo tempo em que domina todos os seus recursos. Por uma perspectiva singular, o Estado personificado no corpo político da nação e nas instituições que o estruturam, influencia assimetricamente qualquer relação social, pessoal ou coletiva no território.

Nesse sentido, é fundamental as nações produzirem “Estados ao reivindicar o monopólio da violência em determinado território. [portanto] A articulação do poder do Estado e da política ocorre em uma sociedade definida como tal pelo Estado.” (CASTELLS, 2017, p. 63).

Destarte, ao Estado é concebido o direito de regular a vida social, “pois para o exercício do poder são necessários meios para fazê-lo e este é o agente que organiza o território por meio de seu poder de regulação do dinheiro, dos financiamentos, da lei e da política.” (GALLO, 2017, p. 482).

Assim, o Estado efetua a materialização técnica e normativa da sociedade diante aos interesses locais, nacionais, globais, e, como ator hegemônico, utiliza o território, ora como “abrigo”, ora como “recurso”, de acordo com a conceitualização de Jean Gottman (2012).

De acordo com Gottman (2012, p. 532),

o Estado pode desenvolver seus recursos como um sistema autocontido, tendo em mente o uso do território como abrigo; ou pode adotar uma atitude completamente diferente e usar o território para desenvolver os recursos próprios dos lugares, numa grande rede de relações de linha expansionista. Ter de realizar essa escolha cria um dilema permanente para o país.

Estas possibilidades, produzem uma conflituosa relação entre o Estado e as empresas, pois, as empresas operam o território somente como recurso e detém a competência em tecnologia e inovação. Segundo Bertha Becker (2012, p. 120),

o domínio da tecnologia pelas corporações econômico-financeiras transnacionais põe em xeque o poder do Estado [...], enquanto a produção capitalista dá origem a um imperativo de acumulação, o sistema de Estados-Nação dá origem a um imperativo de sobrevivência nacional.

Por esse viés, compreender a articulação do poder no território significa investigar as ações realizadas pelo Estado e pelas empresas, já que o funcionamento das empresas depende da regulação praticada pelo Estado.

A máquina estatal burguesa é composta por homens e mulheres que tomam decisões diárias, definindo inúmeros usos ao território nacional, em acordo com suas redes pessoais, econômicas, políticas e sociais. De modo que, a introdução ou não de “normas regulatórias técnicas, políticas e organizacionais” (SILVEIRA, 1997) no território, depende das escolhas realizadas por essa rede de homens e mulheres que compõem o Estado.

Muitas vezes, essas escolhas ao invés de servirem para garantir direitos, servem aos interesses de grupos específicos e não servem para modificar estruturalmente a sociedade, ou nem servem aos interesses da grande maioria da população.

Nesse sentido Marilena Chauí esclarece:

Um direito difere de uma necessidade ou carência e difere de um interesse. Uma necessidade ou carência é algo particular e específico alguém ou um grupo pode ter necessidade de água, outro de comida, um grupo social pode ter carência de transporte outro de hospitais. Há tantas necessidades como indivíduos e tantas carências como grupos sociais. Um interesse também é algo particular e específico dependendo do grupo ou da classe social. Necessidades ou carências assim como interesses tendem a ser conflitantes porque exprimem as especificidades de diferentes grupos sociais e de diferentes classes sociais. Um direito, porém, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular nem específico. O direito é sempre geral e universal, válido para todos os grupos e todas as classes sociais. (...) São universais ou porque são direitos de todos ou porque são reconhecidos como direitos por todos. (CHAUÍ, 2013, 12'00”- 14'22”).

Todavia, embora o Estado brasileiro assuma postura ativa e centralizadora ao controlar as ações internamente, ele não tem a mesma postura no âmbito mundial e executa no território boa parte das necessidades regulatórias do mercado global.

Essa internacionalização do mundo capitalista é resultado de ações/decisões políticas de Estados e empresas que desde o fim do século XX investiram na ciência e na inserção de objetos técnicos, obedientes a um único sistema. Estes investimentos se revelam sobretudo em inovações nas tecnologias de informação que, no período atual, exercem o elo entre as demais tecnologias e saberes, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico presença planetária (SANTOS, 2001).

Nesse sentido, a fim de compreender as decisões regulatórias do Estado, se faz necessário inferir sobre a rede de relações que o configura. Segundo Fabricio Gallo (2017, p. 485),

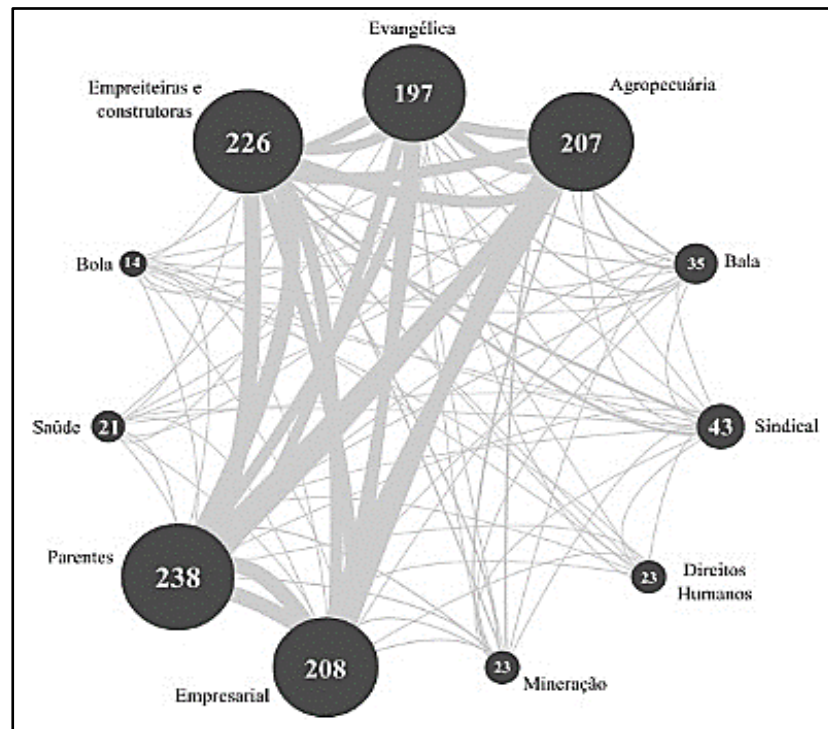
de um lado as empresas e agentes privados buscam no Estado o recurso, o dinheiro público, o instrumento normativo e legislativo favorável para o desenvolvimento e viabilidade de seus projetos, afinal é o Estado aquele que fornece infraestruturas produtivas e de escoamento de produção; capital de giro, financiamentos e empréstimos em programas de desenvolvimento econômico (por muitas vezes subsidiários); flexibilização normativa (produtiva, trabalhista, ambiental etc.) para estimular a competitividade em escalas local, nacional e global. De outro, uma elite se instala, se apodera do aparelho estatal e, a partir deste instrumento, se mantém como classe dominante.

Essa rede de relações que compõem o Estado, apresentada por Gallo, é representada pelas bancadas que constituem o Congresso Brasileiro. Por exemplo, em fevereiro do ano de 2016, o site jornalístico Congresso em Foco, lançou a reportagem com o título: Conheça as 11 bancadas mais poderosas da Câmara<sup>1</sup>. Essa reportagem trouxe a composição das maiores bancadas do Congresso, conforme figura 1.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>. Acesso em: 19 maio 2018.

**Figura 1.** Composição das bancadas do Congresso no ano de 2016



Fonte: Congresso em Foco/2016.

Baseado na figura 1, as maiores bancadas possuem interesses comuns e estão fortemente coligadas, ao passo que, as maiores bancadas possuem interesses e vínculos mais fracos com as bancadas menores, geralmente as relacionadas aos interesses populares.

No ano de 2016, a bancada dos parentes (deputados com familiares políticos), possuía o maior número de deputados, 238; a bancada das empreiteiras e construtoras era a segunda maior, 226; em terceiro lugar, a bancada empresarial com 208 deputados; depois, a bancada ruralista com 207; e a evangélica com 197. Com menos de  $\frac{1}{4}$  dos deputados estão a bancada dos sindicatos, dos direitos humanos e da área da saúde. Essa mesma configuração de rede ainda se mantém.

Assim, vislumbramos um Congresso brasileiro fortemente articulado aos interesses do mercado, em detrimento dos interesses sociais e trabalhistas, cujas redes são frágeis.

Assim, se quem manda é o mercado uma crise econômica pode modificar o contexto político. Dessa maneira, em meio a crise econômica e as necessidades das elites o congresso brasileiro, em 17 de abril do ano de 2016 votou e aprovou processo



contra a então Presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade que resultou no impedimento do mandato presidencial.

O processo de impeachment foi instaurado e contou com apoio de movimentos de direita, em acordo com propostas neoliberais, como: Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua e Movimentos Contra a Corrupção – movimentos sociais fundados entre os anos de 2013 e 2014 -, que se uniram pela justificativa de: fraude na prestação de contas da campanha presidencial; corrupção na Petrobrás; crime de responsabilidade fiscal; insatisfação popular, alegando os denunciadores, que a crise brasileira era de ordem econômica, mas sobretudo política (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Ao fim deste processo, a presidenta Dilma Rousseff foi destituída do cargo em meio a falsas acusações, por uma manobra política que evidencia o poder das elites nas ações do Estado.

No dia 31 de agosto de 2016, o vice Michel Temer assumiu a Presidência da República, com uma das menores popularidades já alcançadas por um presidente no país, o que revela não uma crise política, mas as necessidades das elites. Desde então, os jornais informam sobre uma reorganização da política brasileira, enquanto ações desesperadas são tomadas para encolher o Estado e atender a fome do neoliberalismo em tempo de crise.

Ou seja, “para se manter como elite dominante (que se efetiva pelo constante apoio do capital privado), a fração de classe que está no comando do Estado, atende aos interesses desses agentes corporativos por meio do aparato estatal.” (GALLO, 2017, p. 485).

Um exemplo recente da postura adotada pelo governo federal perante os bens públicos e a sociedade civil é abertura do mercado de combustíveis para a concorrência estrangeira, sendo que

enquanto em 2013 a Petrobras tinha capacidade de atender cerca de 90% da demanda interna de combustíveis, em 2017 esse percentual caiu para 76%, num cenário em que a empresa ampliou seu parque de refino (saiu de 2060 mil barris/dia para 2350 barris/dia). Ou seja, mantida a utilização das refinarias, a Petrobras seria capaz de ofertar ao mercado nacional quase toda a demanda de derivados sem necessitar das importações. No entanto, a opção da companhia tem sido subutilizar suas refinarias e favorecer a entrada dos importadores. Em 2013, a Petrobras utilizava praticamente 100% do seu parque de refino e, em 2017, esse percentual caiu para 76%. Com isso, uma

parcela substancial do mercado interno tem sido suprida com importações. (CARTA CAPITAL, 2018).<sup>2</sup>

O constante aumento do preço dos combustíveis no ano de 2018 eclodiu na greve dos caminhoneiros, que acentuou a crise política e social. Para resolver as questões impostas pelos caminhoneiros o governo adotou medidas ofensivas. Deu plenos poderes às Forças de Segurança Pública para descongestionar a malha rodoviária assumindo se necessário o controle das vias e das cargas, o que gerou pedidos de intervenção militar por parte dos caminhoneiros e civis, expondo a insatisfação pública em relação ao governo, bem como, a ignorância política do movimento.

Nesse contexto, as escolhas políticas do impeachment e de abertura do mercado de combustíveis, tomadas por essa rede de coligações, conformam o poder como capacidade relacional de influenciar assimetricamente outros atores sociais. Assim, “o poder de fazer algo, (...) é sempre o poder de fazer algo contra alguém, ou contra os valores e interesses desse alguém que estão sacralizados nos aparatos que governam e organizam a vida social” (CASTELLS, 2017, p. 60), de maneira que, os agentes que “não são hegemônicos (ou que não conseguem se manter como hegemônicos) acabam excluídos dos processos decisórios” (GALLO, 2017, p. 485). Por essa razão, o Estado necessita exercer “ações de coação e controle dos recursos e da população” (ARROYO, 2004, p.63).

Contudo, “se o Estado intervém na esfera pública em nome dos interesses específicos que nele predominam, ele provoca uma crise de legitimidade porque se revela como um instrumento de dominação e não uma instituição de representação.” (CASTELLS, 2017, p.59).

Nessa perspectiva, a análise de uma política estatal permite investigar de que maneira “o Estado coopera, ativamente, nos desígnios da nova forma de organização” (SILVEIRA, 1997, p. 39) modificando, através de suas materializações territoriais, a si mesmo e aos outros agentes da sociedade. Pois, o “processo real de tomada de decisões políticas opera em uma rede de interação entre instituições nacionais,

---

<sup>2</sup> CARTA CAPITAL. **O que está por trás do aumento dos preços de combustíveis?** 24 de maio de 2018. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-que-esta-por-tras-do-aumento-dos-precos-de-combustiveis>> Acesso em 24 de maio de 2018.

supranacionais, internacionais, conacionais, regionais e locais, mantendo ainda contato com organizações da sociedade civil.” (CASTELLS, 2017, p. 86).

Manuel Castells (1999) denomina essa relação de *Sociedade em Rede*, que só é possível graças ao desenrolar do “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1997).

Para tornar as redes de distribuição de bens e serviços mais fluidas, o Estado coloca em movimento um conjunto de normas técnicas, políticas e organizacionais (SILVEIRA, 1997) que regulam a retração ou a expansão no território nacional de empresas, bens e serviços.

Como afirma María Laura Silveira, normas técnicas é a regulação que assegura o funcionamento dos objetos técnicos, “pois a precisão dos objetos impõe uma forma de operá-los e chama a novas solidariedades técnicas” (SILVEIRA, 1997, p. 36). Normas organizacionais são definidas pela autora como “responsáveis pela regulação das formas de utilização dos novos objetos no processo de trabalho” (SILVEIRA, 1997, p. 37). Por sua vez, as normas políticas “abrangem as relações de cooperação e disputa entre Estado e o Mercado, e contribuem assim, para comandar o funcionamento dos sistemas de engenharia. (SILVEIRA, 1997, p. 39).

É nesse sentido que “o Estado brasileiro usa o território, através da imposição de normas que regulam e geram tensões entre os entes.” (GALLO, 2011, p. 173). Pois as normas técnicas e modelos organizacionais são produzidos por atores internacionais, e ao serem desenvolvidas nos lugares reestruturam a vida cotidiana impondo novas formas de atuar no território.

Nessa dinâmica, “o Estado cumpre um papel fundamental ao decidir por uma ou outra norma, pelo que é legal e o que é ilegal, o que ou quem será incluído ou excluído, em síntese, em todas essas situações, a decisão é de ordem política.” (MACHADO, 2017, p. 338).

Esse processo dialético de incluir e excluir efetua o movimento conceituado por Saskia Sassen (2016) como *Expulsões* o qual “a passagem do keynesianismo à era global, de privatizações, desregulações e fronteiras abertas para alguns, implicava uma passagem de uma dinâmica que atraía pessoas para seu interior para outra dinâmica que empurra pessoas para fora.” (SASSEN, 2016, p. 251).

Todavia, conforme afirmam Santos e Silveira (2012, p. 306), “em última análise, trata-se de uma racionalidade privada obtida com recursos públicos. Em outras

palavras, tal racionalidade representa sempre uma drenagem de recursos sociais para a esfera do setor privado.” Dessa maneira,

o uso do território no período contemporâneo nunca foi tão seletivo pois pune as camadas mais pobres já que, ao mesmo tempo, faz a transferência de dinheiro público e social para sistemas de engenharia necessários à produção moderna e à organização do comércio exterior. (SILVEIRA, 2011, p. 83).

De modo que, para definir o que ou quem será expulso deve ser considerado sua capacidade de gerar recursos, ou o quanto uma pessoa ou um lugar vale para a produção capitalista, através do uso dos sistemas de engenharia. Conforme afirma Francisco de Oliveira (1998, p.19) “o *Welfare State* constitui-se no padrão de financiamento público da economia capitalista”. Mesmo o Brasil não tendo consagrado um Estado de Bem-Estar Social a premissa de financiamento é válida no território nacional.

Segundo o autor, “o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente a população por meio dos gastos sociais.” (OLIVEIRA, 1998, p.19-21).

Como ressalta Chauí (1999), “houve a socialização dos custos da produção e a manutenção da apropriação privada dos lucros ou da renda (isto é, a riqueza não foi socializada).”

Já para Santos (1997, p. 17), “o Estado se retira da política. Ele expulsa os políticos da política. Ele entrega ao mercado a tarefa de fazer política”, isto é, para gerir a nação e seus recursos o Estado ao invés de políticos conta com empresários, militares, religiosos, como mostrado na figura 1.

Portanto, “a dialética do processo resulta em que ele [Estado] é urdido para assegurar os interesses privados, mas só o pode fazer, somente se torna eficaz, se eles se transformam em interesses gerais, públicos” (OLIVEIRA, 1998, p. 51).

Nesse sentido, “se para os atores hegemônicos, o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares” (SANTOS et al., 2000, p. 108), para os agentes hegemônizados, “que incluem a grande maioria dos movimentos sociais e todos aqueles que, não organizados na forma de ‘movimentos sociais’, são invisibilizados pelos agentes hegemônicos” (CATAIA, 2013, p. 1146), o território é um abrigo, onde se busca “constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao

mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS et al., 2000, p. 108), assim as políticas estatais devem trazer benefícios tanto aos agentes hegemônicos como aos hegemonzados, pois

a forma como a mais-valia alcançada será distribuída e o seu destino geográfico passam a ter uma importância fundamental. Se a produção aumenta, mas só alguns se beneficiam dos seus resultados financeiros, a massa de consumidores pode não aumentar. (SANTOS, 2014, p. 112).

Daí edifica-se o papel do Estado como mediador de conflitos entre os atores hegemônicos e hegemonzados, uma vez que, “mesmo Estados fracos são qualitativamente diferentes de uma empresa (...) [pois] sua racionalidade é de outro nível (OLIVEIRA, 1998, p.50), já que, o Estado cria inúmeras políticas voltadas à inclusão – inclusão social, financeira, educacional, entre outras. E estas por sua vez vão beneficiar ambos os atores.

No entanto, o custo pago pela oferta de bens e serviços será mais elevado quanto maior a demanda e a renda disponível nas cidades. E assim, “para a ascensão do consumo de massa, combinaram-se de uma forma extraordinária o progresso técnico, a organização fordista da produção, os enormes ganhos das produtividades e o salário indireto.” (OLIVEIRA, 1998, p.23).

O salário indireto, segundo Chauí (1999) é

o que ficou popularmente conhecido, devido aos discursos midiáticos, como “gastos sociais”, ou seja, é o dinheiro destinado à educação e saúde gratuita, previdência-social, seguro-desemprego, subsídios para transportes, alimentação e habitação, subsídios para cultura e lazer, salário família, salário desemprego, bolsa família, entre outros auxílios federais. O salário indireto é aquele pago publicamente aos cidadãos para a reprodução de sua força de trabalho que resultou no aumento do consumo das classes sociais, ou seja, do consumo de massa (CHAUÍ, 1999).

No meio técnico-científico, com a expansão das indústrias, “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O operário já não produz para si, mas para o capital.” (ANTUNES, 2013, p. 158). Consequentemente,

assistimos à constituição não tanto de elites predatórias, mas de “formações” predatórias, uma combinação de elites e de capacidades sistêmicas na qual o mercado financeiro é um facilitador fundamental, que empurra na direção de uma concentração aguda. (SASSEN, 2016, p. 22)

A escolha política de disponibilizar o fundo público, como “*ex ante* das condições de reprodução de capital particular e das condições de vida” (OLIVEIRA, 1998), entrelaçou a criação das inovações tecnológicas a disponibilização do fundo público e na capacidade das técnicas de drenar o dinheiro da população mediante a expansão do consumo de bens e serviços.

## **2.1 Correios e os usos estratégicos da informação no território nacional**

Cada período histórico é caracterizado pela criação de determinadas técnicas que definem as diversas formas de uso do território. Cada técnica permite uma ação. Ações são “cristalizadas em estruturas de diversa natureza, algumas dessas ações tornam princípios para outras, aperfeiçoam e completam o modo de usar os objetos e, permitem-nos, assim, reconhecer normas.” (SILVEIRA, 1997, p. 36).

Nesse sentido, “são os produtores e possuidores [do território] – empresas, Estado e sociedades – que vão decidir dos seus usos.” (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p. 93-94). De forma que, “se o telégrafo é o primeiro mecanismo para a busca da instantaneidade das telecomunicações, o correio é a base dos sistemas de comunicação em geral” (GERTEL, 1991, p. 109).

A gradativa aceleração da circulação das informações e das mercadorias no território nacional demandou a implementação e articulação de meios de transportes (sistemas de movimento), fixos (sistemas de engenharia) e normas, diminuindo a cada período o tempo da circulação e seus custos. Essa articulação é eficiente graças a união entre poder, conhecimento e capital de investimento, por isso o Estado é o impulsionador das modernizações.

A instituição Correios e Telégrafos, desde meados do século XIX, vem implantando técnicas que permitem a circulação da comunicação de forma eficaz. Daí a importância estratégica do uso dos fixos postais para o Estado aliado a tecnologia informacional pertencente aos bancos, pois é a partir destas bases materiais que o dinheiro global se ata ao território nacional.

Nesse sentido, desde a institucionalização o Departamento de Correio e Telégrafos (DCT) - fundado em 1931 -, impõe-se a cada período uma materialização técnico-normativa que possibilitou a expansão postal e telegráfica em escala nacional e permite aprimorar seus produtos e serviços.

Dessa maneira, ao equipar o território de infraestruturas telegráficas e de transporte, o Estado motivado por regulações técnicas e políticas globais, investiu no aumento crescente da mobilidade entre pessoas, empresas e informações, ao mesmo tempo em que ampliou o conhecimento sobre seu território. Nessa perspectiva, a implementação do DCT revela a materialização do “meio técnico da circulação mecanizada” (SANTOS, 1997), em que o Estado passa a investir no território nacional através do incentivo à implantação de infraestruturas que levem bens e serviços à população.

A partir dos anos de 1930, a integração nacional incluiu tanto “a formação de um mercado nacional, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações e ativa o processo de urbanização.” (SANTOS, 2009, p. 30). Entretanto, efetivou-se “uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional.” (SANTOS, 2009, p. 29).

Nesta primeira metade do século XX, os serviços de entregas à longas distâncias, (e nas áreas desprovidas de redes terrestres que integravam o território), eram prestados pelo Correio Aéreo Nacional, cujo serviço de “aviação comercial explorava as linhas rentáveis na faixa litorânea, enquanto o Correio Aéreo Nacional (CAN) - que teve sua origem na fusão dos Correios Aéreos Militares do Exército e da Marinha - supria as regiões desprovidas de linhas comerciais” (GALLO, 2010, p. 64).

Graças a aviação, foi possível aproximar áreas interioranas aos centros dinâmicos da política e da economia nacional da época. Segundo Gallo (2006, p. 8-9),

as políticas de integração territorial impostas pelo Estado brasileiro desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX se incumbiram, na prática, de manter a integridade territorial do país, ou seja, a preocupação se dava principalmente em não permitir a fragmentação do vasto território, até então pouco povoado em seu interior. Não havia ainda a possibilidade técnica do Estado se fazer presente nos mais distantes pontos do território, inviabilizando com isso os propósitos efetivos de uma integração territorial.

Nesse contexto, a efetivação do Plano Nacional Postal-Telegráfico, a partir do ano de 1946, possibilitou a interconexão no interior dos estados, ligando as capitais às cidades interioranas, por meio das linhas complementares de conexão e de extensão. Conforme afirma Roberto França da Silva Junior (2009, p. 108), “ao mesmo tempo em que o transporte da informação deixou de ser realizado fisicamente, o transporte de pessoas e mercadorias passou a ser coordenado “à distância” por meio das informações “transportadas”, de modo intangível, através do telégrafo.”

Nesta conjuntura, surgem também os serviços de vale postal e reembolso postal, como técnica de circulação de dinheiro, tanto dos indivíduos como das empresas, graças a rapidez e confiança do uso do telégrafo, dessa maneira, como “garantia de estabilidade das trocas e da produção de cada grupo, aparece a necessidade da regulação, e o dinheiro começa sua trajetória como informação e como regulador” (SANTOS, 1999, p. 9).

Assim sendo, os serviços de Correios foram utilizados desde o século XIX como instrumentos capazes de fazer circular o dinheiro entre capitais e municípios, ligando as “penínsulas”<sup>3</sup> produtivas brasileiras, vinculadas à agricultura e à mineração. Depois se expandindo para as cidades interioranas, que possuíam alguma importância para a produção e /ou circulação de mercadorias.

Portanto, em meio a uma sociedade que se industrializava “os correios nacionais e os instrumentos telegráficos deram a infra-estrutura de uma sociedade do saber, que já se baseava na informação como mercadoria, uma vez que era o efeito seletivo da comunicação o que interessava.” (GERTEL, 1991, p. 111).

As transformações sociais, políticas e econômicas do território aliadas às modificações técnicas e organizacionais dos Correios permitiram sua franca expansão no território brasileiro, aumentando seus fluxos materiais e informacionais, articulados com o desenvolvimento dos sistemas de movimento e sistemas de engenharia.

Essas mudanças levaram o governo militar, no ano de 1969, a transformar o DCT em Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com base na lei nº 509, hoje empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações. A partir da lei nº 6.538, do ano de 1978, ficou permitido a ECT explorar serviços postais e telegráficos e adquirir subsidiárias em escala nacional. Esses novos objetivos conformam uma “nova era dentro do percurso capitalista, com as perspectivas abertas pela revolução científico-técnica.” (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p. 47).

Dessa forma, a ECT sob o paradigma “técnico-científico” (SANTOS, 1997), “a ECT passou a operar perseguindo ganhos de produtividade, redução de custos e aumento de receita” (BOVO, 1997, p. 23).

Rapidamente o comando militar reestruturou a administração e a operacionalização postal e telegráfica, através de contratos estabelecidos com

---

<sup>3</sup> Segundo Santos (2009, p. 29), “o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior.”



especialistas da área, oriundos de empresas postais francesas: Somepost Internacional e Sociedade de Estudos e Realizações Postais (SOFREPOST) (BOVO, 1997). Assim,

a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi constituída (1969) sob a lógica da economia do mercado mundializado e organizada de forma sistêmica: não mais a do capital apenas monopolista ou oligopolista, mas um sistema de mercado transformado para a organização do consumo e da produção de modo a não correr riscos unilaterais. (GERTEL, 1997, p. 72)

Conforme afirma Teixeira (2013, p. 42), a reforma que criou a ECT “foi importante não só por alterar a estrutura e forma de sua vinculação ao Estado, mas também por propiciar a adoção de estratégias norteadas pela lógica de mercado.”

Nesse sentido, a integração das redes de comunicação alavancada pela ECT permitiu à empresa assumir o “fato postal como mercadoria”, o produto fundamental para sua sobrevivência no mercado, dada ao crescente aumento de empresas concorrentes.

Segundo Gertel (1991, p. 124-125),

na moderna organização constituinte da ECT, o fato postal é assumido como um acontecimento nos moldes de mercadoria. Apesar de ainda denominar-se serviço público, não é gerido sob a estratégia estatal onde a sustentação dos custos é arcado por todos os cidadãos. Na prática, é uma firma pública que, como empresa de mercado, deve operar estrategicamente uma gestão produtiva e eficiente, na qual a realidade do mercado sustente o mercado potencial; isto é, através de uma atuação mercadológica, há a especialização dos objetos postais em mais de quarenta tipos, constituindo as mercadorias de consumo disponíveis aos diferentes usuários, firma e cidadãos, tendo o papel de prover os recursos para a organização dessa Empresa Pública.

A partir da criação da ECT, a gestão da empresa flutua entre duas concepções, a comercial e a social, já que por um lado, “o serviço postal é a materialização do direito à comunicação” (OLIVEIRA, 2013), importante mecanismo de conexão entre lugares e pessoas, por outro, segue a racionalidade mercadológica de flexibilidade, eficiência e geração de lucros.

Aliando as duas posições, a ECT ao assumir “o objeto postal como mercadoria imprime a flexibilidade necessária para que a firma explore o mercado de modo a cumprir o seu papel social, provendo-se dos recursos do mercado e não do Estado.” (GERTEL, 1991, p. 125).

A cada nova etapa da modernização, a ECT busca: reduzir o tempo da circulação de sua mercadoria<sup>4</sup>, sob o paradigma de eficiência; e investir em novos serviços, com base na inovação tecnológica como garantia de sobrevivência no mercado, balizando pelo paradigma da flexibilidade.

Flexibilidade é, como afirma Silveira (1997, p. 37), “um conjunto de novas normas de organização que buscam criar um âmbito de fluidez nas relações entre as firmas, destas com os consumidores e com a força de trabalho, sempre mediadas pelos objetos técnicos.”

Portanto, através da mercadoria postal a ECT tenta “atingir a autogestão, o que significa um constante aumento na variabilidade de mercadoria postal segundo as potencialidades da demanda” (GERTEL, 1991, p. 123), sempre mediadas pelo crescente investimento em inovações.

Por isso, para cumprir seu papel social e aumentar sua eficiência e flexibilidade a ECT insere-se na lógica capitalista da competitividade, ao mesmo tempo em que é protegida pelo monopólio parcial postal. No monopólio parcial postal é resguardada a ECT exclusividade pela circulação do segmento de mensagens, enquanto é livre a concorrência pelo segmento encomendas (VENCESLAU, 2017).

O estabelecimento do monopólio parcial postal aumenta o poder territorial da ECT no mercado nacional, através da constante diversificação de seus produtos, resultando em constantes conflitos empresariais que alegam conduta anticoncorrencial por parte da ECT, graças ao monopólio postal.

A partir dos anos 1990, com a entrada no território nacional da ideologia neoliberal, emerge o discurso em prol da privatização dos serviços postais. Assim, no ano de 1999 é proposto o projeto de lei nº1.491, que fazia

referência ao Fundo de Universalização dos Serviços Postais (Fusp), à criação da Agência Nacional de Serviços de Correios, como ente regulador e, sobretudo, ao fato de que o serviço poderia ser prestado tanto no regime público, como no regime privado. O primeiro sujeitar-se-ia aos deveres de universalização e de continuidade e seria regido por contrato de concessão, excepcionalmente, de permissão. O segundo estaria submetido a regime privado, precedido de autorização, atuando-se a partir dos princípios da livre-iniciativa e do livre exercício profissional, à mercê de concorrência ampla e justa, e do respeito aos direitos dos usuários. (MELLO e GRAU, 2009, p. 267).

---

<sup>4</sup> Como exemplos “o estabelecimento dos requisitos de qualidade a nível nacional e a conformação do subsistema de transporte, apoiado na implantação da rede Postal Aérea Noturna, no ano de 1974, tem um efeito tático na garantia do tempo de entrega das correspondências.” (GERTEL, 1991, p. 133).

Dessa forma, políticas de Concessão e de Privatização passariam a reger duas partes dos serviços postais, a fim de manter a vertente social, por exemplo, serviços vinculados à população de baixa renda,<sup>5</sup> como carta social, mas sem prejudicar a concorrência no mercado. Com a entrada do governo do Partido dos Trabalhadores esse projeto foi engavetado no Congresso Nacional no ano de 2003.

Também em 2003, a Associação Brasileira das Empresas de Distribuição (ABRAED), entrou com um processo contra a ECT, acusando a empresa de práticas anticoncorrenciais graças ao monopólio postal. Tal processo encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi julgado no ano de 2009.

De todos os relatores, se sobressaem o discurso do Ministro Marco Aurélio Mello, a favor da retirada do monopólio postal, alegando que serviços postais não são serviços públicos, e o discurso do ministro Eros Grau, contrário aos argumentos anteriores.

O ministro Marco Aurélio Mello afirma que,

[...] somente se justificaria a assunção, pelo Estado, de serviços públicos de natureza econômica — com a correlata exclusão da iniciativa privada — se esta tivesse se revelado insuficiente ou deficiente, ou ainda se, para o interesse público, houvesse se mostrado deveras perigosa a insegurança na competição entre as empresas ou a oscilação dos preços, o que simplesmente não é o caso no contexto postal brasileiro. (MELLO e GRAU, 2009, p. 258-259)

Em seu discurso Mello coloca abaixo a ideia de serviço público vinculado aos interesses coletivos:

Uma das classificações da teoria do serviço público procura examiná-lo em relação aos destinatários finais. Quando se observa que determinada prestação beneficia a todos, coletivamente, tem-se que esta é uma atividade de interesse público, em sentido lato. Tradicionalmente, vinculava-se a ideia de serviço público à satisfação de necessidades coletivas pelo Estado. Todavia, nem sempre essa definição corresponde à melhor forma de atender à vontade geral. [...] os serviços postais enquadram-se, [...], no terceiro setor, hipótese em que a atividade pode e deve ser prestada por particulares, sem que isso signifique a diminuição da alta relevância social do desempenho de tais misteres. Ao revés, ocorrerá até uma maior intervenção estatal por meio da regulação, ao lado dos já regulados serviços de educação, saúde, telecomunicações, energia elétrica. (MELLO e GRAU, 2009, p. 258-259)

---

<sup>5</sup> A baixa renda é definida a cada ano, através das pesquisas e estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa maneira, segundo o que encontramos no site do Governo Federal no Brasil a renda é dividida em classes e são consideradas pessoas de baixa renda aquelas que estão nas classes D e E, alguns estudiosos incluem também pessoas que se encontram na classe C. Nesse estudo, consideramos pessoas de baixa renda aquelas que recebem a partir de meio salário mínimo até famílias que recebem até 3 salários mínimos, tendo como base o que é exposto no Cadastro do Bolsa Família do ano de 2018 e os questionários socioeconômicos utilizados em universidades públicas e institutos federais.

O Ministro Eros Grau contrapõe os argumentos de Mello, afirmando que,

o serviço postal é serviço público. O serviço postal não consubstancia atividade econômica em sentido estrito, a ser explorada pela empresa privada. Por isso é que a argumentação em torno da livre-iniciativa e da livre concorrência acaba caindo no vazio, perde o sentido. (p. 272). [...] para que empresa privada pudesse ser admitida à prestação do serviço postal, que é serviço público, seria necessário que a Constituição dissesse que o serviço postal é livre à iniciativa privada, tal qual o fazem os artigos 199 e 209 em relação à saúde e à educação, os quais podem ser prestados independentemente de concessão ou permissão. Os artigos mencionados excepcionam o art. 175 para dizer que a prestação de serviços de saúde e educação são livres à iniciativa privada. (MELLO e GRAU, 2009, p. 274).

Para o ministro Marco Aurélio a privatização da ECT é necessária, pois além de livrar o Estado da manutenção desse serviço, o libertará da corrupção dando ao usuário melhores preços. Conforme segue,

a presidência da estatal [...] assegura, ao detentor, a possibilidade de preencher mais de 120 cargos no alto escalão, entre diretores e coordenadores regionais, além do poder de administrar uma receita anual de aproximadamente 7,6 bilhões de reais e um mercado que movimentava cerca de 8 bilhões de reais,13 em dados relativos ao ano de 2004. Não é preciso ressaltar a natureza política das nomeações para tais cargos, a beneficiar os amigos dos que têm poder. Dados financeiros de 2003, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, mostram como a gestão do dinheiro público, na maior parte das vezes, não acontece com a acuidade e a presteza que acometem o administrador de recursos próprios. Observa-se que a receita operacional da empresa é inferior, em quase meio bilhão de reais, aos gastos efetuados (p. 256). [...] o preço ofertado pelos Correios para custear certa entrega chega a ser nove vezes superior ao preço realizado pelas demais empresas que operam no mercado, como, por exemplo, acontece no setor de distribuição de gás canalizado (MELLO e GRAU, 2009, p. 264).

Em 2014, é instaurado no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), um processo administrativo, resultado da denúncia realizada pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São Paulo (SETCESP) e aderida pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), onde ambas alegam que a acusada, utilizando da norma de monopólio postal ampla, de forma ilegítima e abusiva, seu poder e atuação no mercado.

Segundo consta no inquérito, as condutas anticompetitivas da ECT são: baixar custos e adotar medidas comerciais, administrativas e judiciais com o intuito aumentar os custos de seus rivais. Além de ampliar indevidamente os limites de seu monopólio legal sobre mercados e setores não incluídos em sua reserva legal.

A FEBRABAN também partilha do processo alegando que a ECT não investe em melhorias tecnológicas; não flexibiliza ou negocia cláusulas e condições contratuais com seus clientes; e interfere diretamente no direito das instituições bancárias poderem contratar terceiros por meio de ações judiciais.

Nesse sentido, no ano de 2016, o Sindicato dos Trabalhadores da ECT de Minas Gerais lançou um panfleto denominado, “Querem acabar com os Correios: mas nós não vamos deixar”, que aponta a deterioração dos direitos trabalhistas que estão levando o “sucateamento dos Correios’, destruindo sua imagem institucional e empresarial para depois privatizar, vendendo bem barato, sobretudo para o capital estrangeiro” (SINTECT, 2016, p. 10).

Esses conflitos concorrências são consequências do poder territorial da ECT. Pois é ela quem estabelece o preço a ser pago pelo serviço de entrega no país. Ao mesmo tempo, as empresas privadas do ramo logístico para efetuar entregas em todos os municípios necessitam da “cooperação com os Correios para garantir a eventual entrega de correspondências” (VENCESLAU, 2017, p. 210), nos mais variados confins da extensão territorial.

Com as possibilidades criadas pelo surgimento do comércio via internet (e-commerce), todas as empresas passam a ter alguma relação com os Correios. Por último, como afirma Venceslau (2017, p. 104) os constantes ataques ao monopólio postal objetivam, com base nos pressupostos neoliberais, “a substituição de um monopólio público por um outro monopólio – o privado”.

Assim sendo, a instituição de Correios é um sistema técnico e normativo (SANTOS, 1997), ou seja, “um conjunto articulado e funcional de objetos técnicos que servem como intermediários entre atores sociais, cujas ações asseguram a imposição, simultânea, de normas técnicas e estas à fluidez do território.” (SANTOS, 1997, p. 50; SILVEIRA, 1997, p. 37).

A ECT é uma instituição que influencia inúmeros atores sociais, impondo modificações organizacionais ao território, assim, a partir dos anos 2000, os Correios ampliam seu campo de atuação.

De maneira que, o Estado nacional brasileiro sempre se responsabilizou seja pelos serviços postais, e mesmo os serviços telegráfico que também evoluíram para uma gama de serviços de telecomunicações, transporte e logística. (SILVA JUNIOR e OLEGÁRIO, 2016). A diversificação de suas atividades se fez por meio de investimentos realizados com parcerias estratégicas com outras empresas,

umentando assim sua capacidade concorrencial no território nacional. Dentro dessa diversificação está sua entrada no mundo financeiro pelo intermédio do BP, além da inauguração do SEDEX 10.

A efetivação do serviço SEDEX 10 é resultado da integração técnica brasileira que imprime uma circulação acelerada como condição de gerar demanda. O SEDEX 10 “permite conexões rápidas entre as principais cidades do país, com operações logísticas noturnas e a garantia de entrega no destino até às dez horas da manhã do dia útil seguinte à postagem” (VENCESLAU, 2017, P. 174). Este serviço cristaliza a fluidez nas relações entre a ECT, o consumidor mediado pela aceleração de sua força de trabalho imposta pelos objetos técnicos.

Como assinala Mazzali, Souza e Neves (2010, p. 294),

a diversificação das atividades, dos Correios, somente foi enfatizada a partir de 2000, com base na percepção das potencialidades da oferta de novos serviços relacionados à entrega de malotes para pessoas jurídicas, ao marketing direto, ao Banco Postal, à logística integrada e à denominada certificação digital.

Outra novidade que cristalizou a flexibilidade do uso territorial da ECT, obtida pela utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) está a manipulação, em tempo real de várias modalidades de dinheiro. Para isso a ECT inaugura o serviço de BP, utilizando de suas agências, trabalhadores e consumidores.

Através da ECT e do uso do BP, reafirmamos o Estado como financiador e propulsor do capital empresarial (SANTOS, 2004), que no início do século XXI é fortemente vinculado ao sistema financeiro e às TICs.

Assim, o poder territorial da ECT a edifica como instituição geopolítica do Estado e sua expansão, em conjunto com a infraestrutura de transportes é fundamental para soldar a dinâmica social brasileira. De modo que, no próximo subcapítulo apresentamos a formação do sistema financeiro nacional.

## **2.2 Constituição do sistema bancário e financeiro no território brasileiro: integração das redes de comunicação**

Neste subcapítulo não temos o intuito de recontar a história da constituição do sistema bancário brasileiro, essa tarefa já foi realizada pela precisa escrita do geógrafo Fábio Betioli Contel (2006).

Dessa maneira, pontuamos o processo normativo efetuado pelo Estado, que deu origem a objetos técnicos que servem à organização do sistema financeiro atual, ao mesmo tempo em que suas ações evidenciam o conflito e/ou a convergência, entre o setor público e o setor privado na execução dessas normas.

A princípio é necessário indagar: o que é o sistema financeiro e o sistema bancário? O sistema financeiro “aglutina tanto as instituições financeiras bancárias (bancos comerciais, bancos estatais e bancos de desenvolvimento) como as não-bancárias (fundos de pensão, de investimento e mútuos).” (MEDEIROS & SPOSITO, 2005, p. 122). E, o sistema bancário é formado por todos os tipos de bancos que são os responsáveis por captar e fazer circular o dinheiro que alimenta o sistema financeiro.

Segundo Sassen (2016, p. 144), os “bancos tradicionais vendem dinheiro que está sob sua posse. As firmas financeiras vendem algo que não têm, e nisso reside o impulso para serem muito mais inovadoras e invasivas”. Dessa maneira, “a esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada.” (CHESNAIS, 1996, p. 241).

Bancos são empresas fundamentais para a manutenção do sistema capitalista,

primeiro, porque *participam da soberania monetária do Estado*, na medida em que criam dinheiro de crédito, realizam os serviços de compensação e administram os meios de pagamento. Segundo, porque são instituições altamente endividadas, uma espécie de carregadores de dívidas, por meio de uma corrente de elos, soldados na confiança do público, de modo que a crise de um banco pode facilmente transformar-se em crise geral do sistema, por mais sólido que ele seja. Em terceiro, os bancos desempenham um papel estratégico na economia, através da intermediação financeira e do financiamento das atividades econômicas. (CORAZZA, 2000, p. 2)

No território brasileiro, até a primeira metade do século do XX, dada a “ausência de infra-estruturas de comunicações e transportes que pudessem dinamizar os fluxos de pessoas, bens, mercadorias e moedas no espaço nacional, existiam ‘regiões monetárias isoladas’” (CONTEL, 2006, p. 15). Nesse sentido, Santos e Silveira (2012, p. 34) assinalam que, “formavam-se verdadeiros circuitos interiores, cada qual dominando uma dada extensão do território com os meios limitados de que dispunham.”

Por essas razões, políticas de integração nacional com viés monetário, incitaram a formação do sistema bancário brasileiro como mediador de investimentos,

seja na atividade agrícola ou como investidor da nascente indústria através da conexão estratégica dos “circuitos interiores”.

Assim, este início de século é marcado pela existência de “bancos regionais emissores”, que por sua vez, também representavam “um conjunto de manchas ou pontos do território onde se realiza uma produção mecanizada.” (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p. 31). Nesse contexto, o comando do setor financeiro era disperso, já que entre esses bancos, não havia autoridade monetária capaz de exercer controle político financeiro e dar segurança monetária em uma crise, ou capaz de alavancar modernizações normativas e tecnológicas.

Dessa maneira, o Estado é o agente qualificado para negociar incentivos fiscais, com o objetivo de reverter deficiências territoriais e financeiras (CONTEL, 2006). Entretanto, dado

o tamanho do território e as dificuldades para implantação de sistemas de comunicação em toda hinterlândia faziam com que o território não pudesse ser usado hegemonicamente em toda sua extensão. Por isso o poder central negociava com os poderes locais e regionais. (GALLO, 2011, p. 28)

Para sanar algumas das deficiências de controle monetário, além de incentivar a integração bancária no país, o Estado refundou o Banco do Brasil (BB). “A refundação do Banco do Brasil, no ano de 1905, pode ser considerada como um evento significativo, que começa a alterar o padrão de circulação do capital financeiro no território brasileiro.” (CONTEL, 2006, p. 20).

Por intermédio do BB, o Estado introduziu “um conjunto de regulações e normas mais precisas [que] passam a balizar o comportamento dos atores financeiros.” (CONTEL, 2006, p. 23). Nesse sentido, a regulação do funcionamento assim como o controle da política monetária realizada pelo BB se fez mediante a unificação de “normas técnica, normas organizacionais e normas políticas” (SILVEIRA, 1997).

O BB efetuou inovações técnicas, organizacionais e políticas para o setor bancário, dentre elas a criação da Carteira de Emissão e Redescontos (CARED). Segundo Contel (2006, p. 24), graças ao CARED “os bancos nacionais passam a contar com mais garantias para suas atividades creditícias, tendo seu ‘status’ comparável aos dos bancos estrangeiros (que sempre possuíam a possibilidade de recorrer às suas matrizes, em caso de uma crise aprofundada).”



Outra inovação, foi a centralização da emissão da moeda brasileira assumida pelo BB. Assim o controle nacional do crédito passou a acontecer sem intermediários e a ser comandado diretamente pela autoridade monetária. Dessa forma, ao criar uma autoridade monetária o Estado institucionalizou o sistema bancário.

Segundo Contel (2006, p. 24), “essa institucionalização do sistema bancário e de sua regulação, ocorrida na segunda década do século XX, normatiza e moderniza a divisão bancária do trabalho que se instalava no território.” Nesse sentido, Pierre Monbeig (1984, p. 184) assinala, a crise do câmbio ocorrida em 1898 colocou em “evidência a concentração do comércio exportador e o poderio das casas estrangeiras”, a divisão bancária do trabalho imposta por meio de normas restritivas, além de estatizar, progressivamente, os bancos comerciais privados e estrangeiros. Tornou-se cada vez “mais difíceis as ações de instituições financeiras forâneas em território nacional.” (CONTEL, 2006, p. 26). Dessa forma, o Estado centralizou as regulações do crédito e do dinheiro.

Arelado ao estímulo do progresso bancário, dos investimentos e incentivos fiscais, as políticas arquitetadas pelo Estado impulsionaram também o desenvolvimento da industrialização que permitiu, por sua vez, constituir um mercado interno que implicou em um grande êxodo rural para o sudeste, resultando na formação do modo de vida urbano da população brasileira. Logo a expansão das instituições bancárias acompanhou o crescimento das cidades.

Com a expansão do sistema bancário, crescia a necessidade de sanar as dificuldades relacionadas aos papéis desempenhados pelo Banco do Brasil: autoridade monetária; maior banco comercial; banco central. Como afirma Contel (2006, p. 46), “na ausência de uma autoridade monetária constituída, não era possível controlar com rigor também a atividade creditícia, e assim era bastante dificultado, por exemplo, o controle da inflação.”

Nesse sentido, a fim de sanar a necessidade de uma autoridade monetária efetiva, no ano de 1945, o Estado criou a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Essa instituição era o ator responsável pela integração bancária nacional, além de “exercer o controle monetário, preparar a organização de um Banco Central, supervisionar a atuação dos bancos comerciais, orientar a política cambial e representar o país junto a organismos internacionais.” (DIAS, 2005, p. 32).

A “SUMOC coordenou a expansão da rede de agências bancárias, e ao mesmo tempo, catalisou a concentração dos atores bancários” (CONTEL, 2006, p. 287). No

entanto, a institucionalização da Sumoc criou um conflito com o BB que lutava por manter sua posição privilegiada no sistema bancário. Dessa maneira,

apesar da divisão de funções existente entre o Tesouro, o Banco do Brasil e a Sumoc, esse sistema monetário embutia um processo perverso de criação de moeda concentrado no Banco do Brasil, que mesclava três atribuições consideradas incompatíveis com a política monetária: ser agente financeiro do Tesouro, autorizado a realizar operações de crédito; ser o depositário das reservas voluntárias dos bancos comerciais; e, ainda, ser o maior banco comercial do país e o único banco rural. Essas três funções do Banco do Brasil combinavam-se funcionalmente no sentido de inviabilizar qualquer controle sobre a emissão dos meios de pagamento. Era sobre essa estrutura que recaíam as críticas e se concentravam os esforços para a criação de um banco central que fosse independente de todo esse mecanismo perverso de criação monetária. (CORAZZA, 2006, p. 5-6).

Assim, a Sumoc e o Tesouro Nacional, foram absorvidos na estrutura administrativa do BB, com isso, “ficavam neutralizados os principais objetivos da SUMOC de controle sobre a moeda e o crédito (CORAZZA, 2006, p. 4). Dessa forma, a reformulação do sistema bancário era definida a fim de diminuir o papel e a centralização do poder do Banco do Brasil. Assim,

as circulares e instruções expedidas pela Sumoc na década de 1950 se inserem num prolongado debate que teve início com a decisão do governo Dutra de elaborar, desde 1946, um projeto de reforma bancária (...). A partir de então, a lenta tramitação parlamentar da reforma expressou os conflitos entre as diversas forças sociais e políticas do país, representadas pelos partidos e pelas associações e sindicatos de classe (banqueiros, industriais, bancários e trabalhadores). (DIAS, 2005, p. 33)

Com a entrada dos militares no governo ocorre uma reforma bancária, que “consagrou as principais reivindicações dos banqueiros por meio da Lei nº 4.595 de 31/12/1964, que passa a estruturar e regular o nascente Sistema Financeiro Nacional (SFN).” (DIAS, 2005, p. 33). Dessa maneira, “os principais objetivos da Reforma Bancária de 1964 foram a criação do Banco Central e a concessão de autonomia das Autoridades Monetárias em relação ao Governo Federal.” (BARBOSA, 1995, p. 2).

Com intuito de acompanhar o sistema monetário, o governo militar criou a Comissão Monetária Nacional (CMN), de modo a atender às pressões de políticos e intelectuais de cunho desenvolvimentista, que tinham receio de perder o controle sobre a condução da política monetária do país, sobretudo porque,

a existência de uma moeda capaz de garantir ancoragem efetiva para as transações internacionais, como um todo, é indispensável para garantir às relações econômicas o máximo de estabilidade que o sistema capitalista

permite, e para facilitar a coesão das relações sociais internas. (CHESNAIS, 1996, p. 249)

Nesse viés, a moeda não é apenas um instrumento-veículo, é “um dinheiro relativamente domesticado, o que era feito dentro dos territórios.” (SANTOS, 1999, p. 10).

Para Dias (2005, p. 33), “a Reforma Bancária marcava o início de um longo processo de integração financeira do território brasileiro, que nos anos seguintes transformaria a geografia dos bancos mediante a constituição de grandes redes bancárias em escala nacional.” Nesse sentido, Contel (2006, p. 118) assinala que,

com as reformas nos conteúdos normativos e financeiros implementados a partir do ano de 1964, e dada a nova realidade material do território (mais integrada em termos de transportes e de comunicações), é que podemos falar verdadeiramente na formação do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Tanto pelos novos atores que são criados a partir da reforma e pela sua especialização, quanto pelo aumento da racionalidade que é introduzida no sistema montado, podemos dizer que a organização das atividades financeiras adquire uma maior funcionalidade e um alcance nacional.

Assim, a Reforma Bancária tornou “possível que novos atores financeiros se instalassem no território brasileiro, diversificando a divisão social do trabalho, e ampliando a quantidade e a qualidade das operações bancárias no País.” (CONTEL, 2006, p. 287). Desse modo, aflora de dentro do território brasileiro o “dinheiro da globalização” (SANTOS, 1999).

Com o desenvolvimento da vida, do consumo urbano e a entrada de novos atores financeiros no território, entra a preocupação com a modernização das telecomunicações, o vetor capaz de acelerar a distribuição da produção, aumentar o consumo, conectar os diferentes atores financeiros, portar a informação financeira de instantaneidade.

No ano de 1965, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) foi criada para solucionar a precariedade dos serviços postais e aumentar a eficiência das comunicações eletrônicas. O regime militar investiu também na criação de outras empresas: Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebrás), empresa *holding*<sup>6</sup>, no ano de 1972, estabeleceu parceria com a Intelsat, como forma de “participar do sistema

---

<sup>6</sup> Holding: Designação de empresa que mantém o controle sobre outras empresas mediante a posse majoritária de ações destas. Em geral, a holding não produz nenhuma mercadoria ou serviço específicos, destinando-se apenas a centralizar e realizar o trabalho de controle sobre um conjunto de empresas geralmente denominadas subsidiárias. (SANDRONI, 1999, p. 285)

internacional de comunicações por satélite” (MAGALHÃES, 1994, p. 326). E no ano de 1974 surgiu a empresa estatal nomeada de Cobra (Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.), com o objetivo de incorporar à economia uma indústria nacional de computadores. (SANDRONI, 1999, p. 105).

Dessa maneira, com a expansão das agências no país aumenta-se

os investimentos em teleinformática para responder ao crescimento do volume de informações a processar e a circular. Os bancos são pioneiros no uso de computadores no país e empreendem o desenvolvimento e a implementação de inovações tecnológicas que encurtam o tempo de realização de operações. (DIAS, 2005, p. 37).

A partir daí, “em menos de vinte anos as redes de suporte de telecomunicações cobriram o conjunto do território, permitindo a operacionalização das diferentes redes de serviços – telefonia, transmissão de dados, etc.” (DIAS, 2005, p. 31).

Desse modo, a modernização das telecomunicações e a reforma bancária “foram fatores interativos que criaram as condições para que os bancos se tornassem instrumento privilegiado do Estado nos processos de integração do mercado nacional e de internacionalização da economia brasileira.” (DIAS, 2005, p.29).

Como consequência da Reforma Bancária no ano de 1964, o governo militar aumentou a venda de títulos públicos a fim de financiar a integração física do país. Nesse sentido, a reforma permitiu que

a execução de encargos e serviços de competência do Banco Central do Brasil poderia ser contratada com o Banco do Brasil por determinação do Conselho Monetário Nacional, pelo prazo e nas condições por este fixados (Artigo 13 da Lei nº 4595). Esta permissão foi usada e na prática criou a Conta Movimento, entre as duas instituições, que transformou o Banco do Brasil em Autoridade Monetária. Esta conta era uma fonte de recursos para o Banco do Brasil e uma fonte de utilização de recursos do Banco Central. Portanto, as operações do Banco do Brasil tinham impacto sobre o passivo monetário do Banco Central, a base monetária. Nestas circunstâncias, a programação da política monetária exigia a consolidação dos balanços das duas instituições, dando origem ao orçamento monetário, que durante anos foi o principal instrumento da programação monetária no Brasil. (BARBOSA, 1995, p. 3)

Com isso, “vários dispêndios do Tesouro estavam sendo bancados, sem ressarcimento, pelas autoridades monetárias através da articulação Tesouro - Banco do Brasil – Banco Central.” (CORAZZA, 2006, p. 8-9).

Nesse sentido, até os anos de 1930 o Estado “gastava apenas o que arrecadava e tão-só depois de arrecadar. Um Estado sempre *ex-post*.” (OLIVEIRA, 1998, p. 55). Após os anos de 1930, constata-se

um Estado que antecipa o que gasta, que é mais que arrecada; mais que essa contabilidade, o que há, aí, é uma transformação (...) do deslocamento das relações privadas para as relações públicas. (...) Daí, que à ampliação do espaço público correspondeu, na totalidade dos casos, praticamente, uma ampliação do Estado, entendido nos termos em que os liberais o entendem. E até nos termos postos pela luta de classe: para publicizar, operar esse deslocamento, a forma estatal em muitos casos revelou-se imprescindível e insubstituível. (OLIVEIRA, 1998, p. 55)

Em outras palavras, na “velha” teoria de intermediação financeira “o volume de recursos disponíveis para investimentos depende da poupança prévia acumulada, uma vez que o financiamento é obtido pelo investidor quando o banco realiza a intermediação da poupança prévia acumulada” (PAULA, 2013, p. 373). Já na “nova” teoria proposta por Keynes, a “moeda toma a forma de moeda-crédito, e assim os depósitos bancários são criados no processo de concessão do crédito e não necessariamente primeiros coletados a partir de depósitos existentes.” (PAULA, 2013, p. 374).

Dessa maneira, os bancos passam a ter capacidade de criar liquidez (poder de compra novo), e seu papel é de buscar mecanismos que possibilitem ampliar e flexibilizar a liquidez dos agentes e dos consumidores no território, por meio de investimentos e/ou aumento de renda domiciliar. (PAULA, 2013).

Segundo Bresser-Pereira (1990, p. 17), “esta crise de grandes proporções da economia brasileira tem como causa fundamental uma profunda crise fiscal, ou seja, um desequilíbrio financeiro estrutural do setor público brasileiro, cujo componente principal é a dívida externa pública.” Dessa forma, quando em meados do ano de 1980, “o sistema financeiro internacional recusou-se a continuar financiando o expansionismo populista e irresponsável do governo autoritário iniciado em agosto de 1979, não restou outra alternativa para o país senão iniciar um severo processo de ajustamento.” (BRESSER-PEREIRA, 1990, p. 20).

O Estado brasileiro, ao fim do século XX, não é somente o regulador da expansão capitalista, ele é o financiador das grandes firmas (SANTOS, 2004) através da concessão do fundo público, como forma de incentivar as inovações tecnológicas implementada graças a “união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital.” (SANTOS, 2004, p. 228).

No entanto, “o lucro passa a ser insuficiente como forma social, para financiar a continuidade do processo de expansão do produto social” (OLIVEIRA, 1998, p. 58), de modo que, as frações da elite que dominam o Estado decidem

cortar o fundo público no polo de financiamento de bens e serviços públicos (ou o salário indireto) e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas as possibilidades tecnológicas que ele mesmo abriu. (CHAUÍ, 1999)

Nessa perspectiva, após a abertura política brasileira “assistimos à novas configurações internas aos blocos no poder nacional, modeladas pelo atual processo de internacionalização do capital” (SOUZA, 2005, p. 33), sendo que “as atividades essenciais da economia moderna do país e mais especificamente do circuito superior são, de um modo ou de outro, dirigidas pelo aparelho bancário internacional.” (SANTOS, 2004, p. 106). Com isso,

a partir do momento em que os bancos e as outras instituições financeiras não se satisfazem mais com suas funções, importantes mas subalternas, de intermediação financeira e de criação do crédito a serviço do investimento, elas vão necessariamente abrir a transformação da esfera financeira em campo de valorização específico para operações de novo tipo, suscetíveis de proporcionar mais-valia e lucros financeiros. (CHESNAIS, 1996, p. 247)

Sendo assim, no final do século XX, o território brasileiro edificou-se no meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1997), fundado por quatro bases de articulação planetária: “unicidade técnica, convergência dos momentos, universalização da mais-valia e cognoscibilidade do planeta.” (SANTOS, 2001). De modo que, a materialização desses pressupostos globais, permitiu rearranjos políticos e econômicos balizados por propostas neoliberais que reformularam o sistema bancário.

A efetivação do Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária (PROES) e do Programa Nacional de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), “concretizaram o saneamento do sistema bancário nacional” (CONTEL, 2006, p. 175), conduzindo ao aumento da concentração bancária que levaram os bancos a buscarem economias de escala (mais clientes) e de escopo (mais serviços) e “infraestruturas que dessem suporte às operações financeiras e de capital humano.” (DIAS e LENZI, 2009, p. 115).

Nesse sentido, segundo Dias e Lenzi (2009), mesmo a Constituição Brasileira de 1988 proibindo a entrada de capital estrangeiro no sistema financeiro nacional, o

presidente Fernando Henrique Cardoso, em agosto de 1995 aprovou, passando a considerar como interesse do país, a participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional.

Dessa forma, no início de 1998, 14 bancos estrangeiros são autorizados a se instalarem, mediante aquisição do controle acionário de bancos brasileiros de qualquer natureza. Nesse contexto,

um conjunto de reformas fiscais foi adotado ao longo da década de 1990. No que tange à responsabilidade fiscal nas receitas e despesas municipais, por exemplo, as dívidas dos municípios necessitaram ser refinanciadas após os novos ajustes adotados. Este conjunto de reformas culminou na Lei nº 9.496/97, que possibilitou aos Estados refinanciarem suas dívidas com taxas de juros diferenciadas e prazos de amortizações mais longos”. (GALLO, 2013, p. 17).

Influenciados pelas recomendações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, as unidades federativas tiveram que vender seus bancos para saldar a dívida com a União e sobreviver a reformulação da moeda nacional, o Plano Real. Esse processo levou à retração das agências bancárias no território que se concentraram nas regiões agrícolas e industrializadas do país.

As ações de saneamento implementadas pelo Banco Central a partir de 1994 – liquidações, intervenções e administrações especiais –, assim como os processos de fusão e incorporação, implicaram importantes movimentos de transferência de controle de instituições, numa lógica que se caracteriza pela concentração bancária: entre 1994 e 2005, o número de bancos comerciais e múltiplos diminuiu no país, passando de 244 para 160. Esse conjunto de mudanças corresponde a uma segunda fase no processo de reorganização espacial, caracterizada pelo aumento, em termos absolutos e relativos, do número de municípios sem agências e sem postos de atendimento bancários. (DIAS e LENZI, 2009, p.108-109).

A privatização dos bancos estaduais conduziu a um oligopólio bancário comandado por Bradesco e Itaú que compraram a maior parte dos bancos estaduais (CONTEL, 2006; DIAS e LENZI, 2009). As políticas do PROER e do PROES, fundadas na perspectiva neoliberal efetivaram “uma seletividade maior na distribuição de geográfica dos provedores de bens e serviços, levados pelo império da competitividade a buscar sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis.” (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p. 302).

Por causa dessa seletividade bancária no território, foi criado o Correspondente Bancário, a fim de expandir os serviços bancários a todas as regiões do país. Sua cristalização no território reside nas parcerias com estabelecimentos consolidados nas

regiões, o que permite aos bancos reduzir os custos de manutenção ligados às agências bancárias.

Dessa maneira, agentes de diferentes ramos comerciais passaram a realizar operações bancárias, permitindo às instituições bancárias ampliar em escala e em escopo a oferta e a demanda de serviços bancários em todo o território nacional, uma vez que, a “esfera financeira nutre-se da riqueza criada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações. Uma parte elevada dessa riqueza é captada ou canalizada em proveito da esfera financeira, e transferida para esta.” (CHESNAIS, 1996, p. 246).

Com a finalidade aumentar a capacidade do consumo doméstico da população, o Estado brasileiro investiu em políticas públicas com foco em distribuição de renda. Para que o dinheiro chegue em cada município, ele utilizou os serviços bancários, e dado o problema de concentração das agências foram criados os correspondentes bancários através de alianças entre empresa pública, privada, bancos e agentes financeiros dos mais variados tipos: cooperativas, fundos, companhias de seguros, entre outros. Assim, no próximo capítulo discutiremos a atuação do BP no território.



### **3 FORMAÇÃO DO BANCO POSTAL E O ALARGAMENTO TERRITORIAL DAS FINANÇAS: articulações entre Correios e Bradesco no território brasileiro**

O processo técnico e normativo que resultou na criação do Correspondente Bancário no território brasileiro, foi iniciado, a partir do final dos anos 1970. Faz parte de um contexto internacional, em que, “a desregulação ou liberalização financeira iniciada e liberada pelos Estados Unidos, atinge outros países centrais, que reorganizam suas políticas econômicas e desmantelam os controles sobre os movimentos de capitais” (DIAS, 2005, p. 46).

Desse modo, a desregulação financeira avança para Brasil e outros países da América Latina no fim dos anos de 1980,

quando o Banco Central, por meio da Resolução nº 1.524 daquele ano, facultou aos bancos comerciais, aos bancos de investimento, aos bancos de desenvolvimentos, às sociedades de crédito imobiliário e às de crédito, financeira e investimentos a organização de uma única instituição financeira com personalidade jurídica própria autorizando assim a criação dos bancos múltiplos ou universais. (DIAS, 2005, p. 47)

Desregulação não significa ausência de normas, ao contrário, “a economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas, adequadas aos novos sistemas de objetos e aos novos sistemas de ações, e destinados a provê-los de um funcionamento mais preciso.” (SANTOS, 1997, p. 219). Esse conjunto de normas, técnicas, políticas e organizacionais, é oriundo da articulação entre as elites e sua representatividade nas diversas bancadas no Congresso que se unem com base em seus interesses comerciais e de acumulação.

Assim, a liberalização financeira introduziu as inovações tecnológicas, e o uso das TICs na vida empresarial através de uma

combinação sem precedentes de flexibilidade e desempenho de tarefas, de tomada de decisão coordenada e execução descentralizada, de expressão individualizada e comunicação global, horizontal, que fornece uma forma organizacional superior da ação humana. (CASTELLS, 2003, p. 08)

Por esse viés, a unificação em tempo real da ação humana, efetuou a “mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação.” (SANTOS, 2001, p.30). Segundo o Banco Mundial, o acesso a serviços financeiros

facilita la vida cotidiana y ayuda a las familias y las empresas a planificar para todo, desde los objetivos a largo plazo hasta las emergencias imprevistas. Es más probable que, en calidad de titulares de cuentas, las personas usen otros servicios financieros, como créditos y seguros, para iniciar y ampliar negocios, invertir en educación o salud, gestionar riesgos y sortear crisis financieras, todo lo cual puede mejorar su calidad general de vida.

Nessa perspectiva, desde a década de 1990 o Banco Central do Brasil (BCB) procura ampliar os serviços bancários à população, “por meio de três frentes principais: (i) expansão e fortalecimento dos canais de acesso a serviços financeiros; (ii) criação de instrumentos para melhor adequação dos serviços aos segmentos de menor renda; (iii) garantia da qualidade na provisão de serviços financeiros. (BCB, 2012, p. 2).

A manifestação dessa política no território nacional é o Correspondente Bancário, estabelecido por meio da resolução nº 2.640 de 25 de agosto de 1999, que facultou aos bancos múltiplos com carteira comercial, aos bancos comerciais e à Caixa Econômica Federal, a contratação de correspondentes no país para a prestação de serviços bancários.

Com o governo federal sob a condução do Partido dos Trabalhadores (PT), a inclusão financeira finalmente passou a ser sinônimo de inclusão social e, portanto, de combate à pobreza. (BRASIL, 2013). Nesse sentido, o BCB em acordo com a política de inclusão financeira, considera “o aumento da oferta de serviços financeiros para populações de baixa renda como elemento fundamental para combate à desigualdade social do país” (FELTRIM, VENTURA e DOLD, 2009, p. 18).

O intuito da inclusão financeira consistiu em ampliar o acesso ao microcrédito/microfinanças à população de baixa renda. Segundo Francisco Marcelo Barone e Emir Sader (2008, p. 1251),

a partir de 2003, uma nova equipe de *policy makers* optou pela manutenção da política econômica do governo anterior, porém o conceito de acesso ao crédito passou a ser entendido como o conceito de microfinanças, em sentido mais amplo, principalmente com a bancarização das camadas mais baixas da população (base da pirâmide social) e a concessão de crédito indistintamente para consumo ou produção, pelo sistema financeiro nacional. Os bancos públicos — Caixa Econômica Federal, por meio do Caixa Aqui, e o Banco do Brasil, por meio do Banco Popular do Brasil — tiveram papel fundamental nesse processo, operando grande rede de correspondentes bancários.

Assim, os correspondentes bancários revelam-se como instrumentos nacionais de adaptação ao processo de globalização, graças a entrada do sistema financeiro mundial na vida cotidiana brasileira. O Correspondente Bancário é a cristalização de todas essas vertentes.

Como conceituam Dias e Lenzi (2009, p. 115), “o correspondente bancário é um objeto híbrido, que combina serviço, tecnologia de comunicação e produto, resultado de uma forma superior de inteligência financeira”.

Outra característica importante dos correspondentes é que, conforme afirma Contel (2006, p. 236), “ao contrário dos fixos geográficos “tradicionais”, não é necessário dispêndio de capitais para a construção de infraestrutura para instalar um correspondente.” Dessa maneira, “desde 2002, não existe nenhum município brasileiro sem acesso a serviços financeiros, como consequência da atuação dos correspondentes.” (FELTRIM, VENTURA e DOLD, 2009, p. 18).

Esse objeto híbrido é um importante instrumento para o fundo público, ou seja, para o financiamento da acumulação do capital que permite a socialização dos custos com a reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo em que garante a classe trabalhadora acesso à serviços sociais (OLIVEIRA, 1998).

O Correspondente Bancário é um objeto técnico que permite pagar e sacar benefícios sociais ligados à transferência de renda para famílias cadastradas em diversos programas, como: Programa de Combate à Pobreza - intitulado primeiramente de Fome Zero posteriormente chamado de Bolsa Família -, Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Luz para Todos, Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que se insere o Minha Casa Minha Vida.

Além dos saques realizados por aposentados e pensionistas vinculados à Previdência Social, possibilitando um crescente aumento de empréstimos dessas mesmas famílias.

Do ano de 2003 ao ano de 2010, houve a “ampliação da cobertura e dos valores pagos aos aposentados e pensionistas, incorporação de mais de 12 milhões de famílias no programa Bolsa Família e inclusão bancária e creditícia de milhões de brasileiros” (POCHMANN, 2013, p. 154).

A transferência de renda realizada pelo governo federal estimulou o consumo e este, por sua vez, estimulou e atraiu investimentos para os municípios menos atrativos economicamente às empresas. Segundo Araújo (2013, p. 163),

empresas locais das diversas regiões do país se ampliaram estimuladas pelo mercado interno que se dinamiza, e grandes grupos nacionais e internacionais “redescobriram” as regiões mais pobres, incluindo-as em seus planos de expansão. Indústrias de alimentos e bebidas, de bens duráveis, entre outras, buscaram se instalar ou se expandir para produzir nessas regiões e, especialmente, no interior do país, nas suas cidades médias. As grandes redes de supermercados e os shopping centers também se multiplicaram nesses locais, buscando novos consumidores.

O BP é uma das maiores redes de correspondente bancário no Brasil, presente em quase todos os municípios. Este foi criado pelo Banco Central do Brasil, seguindo a Resolução nº 2.707, de 19 de abril de 2000<sup>7</sup>. Assim como outros correspondentes, o BP constitui-se como instrumento de bancos parceiros e suas operações são: Empréstimo, Pagamento do benefício do INSS, e Recebimentos de Contas, Títulos, Tributos, Taxas e Contribuições da Previdência (GPS).

Ao que se refere ao empréstimo existem oito linhas de crédito - CDC<sup>8</sup> Renovação; CDC Consignado INSS; BB Consignado MPOG<sup>9</sup> (Governo Federal); CDC 13º Salário; BB Crédito Automático; BB Crédito Benefício; BB Crédito Salário; BB Pagamento Parcelado de Contas.

As parcerias estratégicas entre Correios e Banco do Bradesco, e posteriormente com o Banco do Brasil, a cada período resultaram em novos serviços, em novos produtos que levaram a modificação da ECT e dos bancos parceiros.

Através do uso das agências dos Correios por estes bancos é possível observar a crescente *fluidez territorial*, isto é, a

qualidade dos territórios nacionais que permite uma aceleração cada vez maior dos fluxos que o estruturam, a partir da existência de uma base material formada por um conjunto de objetos concebidos, construídos e/ou acondicionados para garantir a realização do movimento. (ARROYO, 2013).

Assim, Contel (2009, p. 130) resume as vantagens estratégicas de abertura dos Correspondentes em três pontos principais:

a) São instalados dentro de estabelecimentos comerciais dispostos em todos os municípios e dispersos na malha urbana a distância física em relação à população não-bancarizada e mesmo a bancarizada é menor;

<sup>7</sup> A Resolução de nº 2.640, de 25 de agosto de 1999 foi revogada em prol da Resolução nº 2.707, de 30 de março de 2000.

<sup>8</sup> Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

<sup>9</sup> Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

b) São estabelecimentos familiares ao público por isso a população não se sente constrangida em adentrar no estabelecimento.

c) Os funcionários dos Correspondentes não são considerados bancários e não possuem os direitos salariais que a categoria possui.

Sendo que, o BP é um eficiente instrumento de entrada, bem como de reconhecimento dos correspondentes bancários no território nacional devido a familiaridade e confiança da ECT perante a população brasileira e sua presença histórica nos municípios brasileiros.

### 3.1 Correios e Bradesco: usos corporativos do território

Com o uso do BP, em pouco tempo ocorre a abertura massiva de contas bancárias, empréstimos e o uso do cartão de crédito se torna familiar em escala local, regional e global, permitindo a aceleração da circulação e distribuição de produtos e serviços.

O cartão de crédito se torna hoje a ferramenta básica para a compra de produtos no meio digital. E assim, “a nova economia se funda num potencial sem precedentes de crescimento da produtividade em decorrência dos usos da Internet por todo o tipo de empresa em todo o tipo de operação.” (CASTELLS, 2003, p. 10).

O apelo pela disponibilização de crédito, e para o uso de cartões e cheques foram evidenciados em uma das primeiras propagandas do BP, fruto da parceria entre Correios e Bradesco, veiculada nas emissoras de TV, em novembro de 2003.

A propaganda (figura 2) tem como cenário uma mecânica em que se encontram duas personagens, o mecânico e o dono de um veículo Lada branco. Eles conversam em primeiro plano no quadro. O mecânico diz: Tá difícil! Já tô trocando o amortecedor. O dono do Lada pergunta: Dá pra ter um desconto? Ao que o mecânico responde: Tá difícil!... Já tô trocando os freios. Enquanto o diálogo acontece, primeiros planos das peças do carro caindo ao chão são exibidos sobre banda sonora cômica. O dono do carro pergunta: Dá pra parcelar? Ao que o mecânico responde: Tá difícil viu! Já tô trocando de assunto. Na sequência, o logo “Tá difícil? Agora ficou fácil!”, surge no centro da tela. Ouvimos o seguinte discurso, em voz *over*<sup>10</sup>: Abra sua conta

---

<sup>10</sup> No campo cinematográfico a *voz over* consiste na voz de um narrador onisciente, fora do espaço do quadro (*diegesis*). Nesse sentido, a *diegesis* é o universo onde está acontecendo à trama, a mecânica e os personagens. Esse recurso reforça a confiança nos Correios.

no Banco Postal e faça um empréstimo fácil e barato. Procure nas agências dos Correios, microcrédito Banco Postal, uma parceria Correios e Bradesco.

**Figura 2.** Frames retirados do comercial do Banco Postal



Fonte: Comercial Banco Postal, emissora SBT<sup>11</sup>

A partir da propaganda poderíamos inferir, em acordo com José Gentil Schreiber (2009, p. 75), que essa política pública,

é para estes excluídos do mercado tradicional de crédito que o microcrédito foi concebido. Além de proporcionar condições de expansão para os microempreendimentos, em sua maioria informais, o microcrédito constitui ferramenta eficaz no combate à pobreza. Ao permitir o acesso continuado ao crédito para o negócio com capital próprio muito pequeno, (razão pela qual os microempreendedores não conseguem empréstimos junto ao sistema financeiro tradicional e pagam juros muito elevados a agiotas), fortalece-se o empreendimento e presumivelmente aumenta-se a renda das famílias. Desse processo, muitas vezes, resulta a volta do filho à escola, a construção de novos cômodos na casa ou a melhoria da qualidade da alimentação familiar. De fato, o microcrédito vem apoiando modelos alternativos de geração de ocupação e renda para o segmento mais pobre da população, firmando-se como elemento importante de estratégias destinadas a enfrentar a pobreza e a exclusão social.

<sup>11</sup> Vídeo disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=Be5\\_8UTvRkl](https://www.youtube.com/watch?v=Be5_8UTvRkl) > Acesso em 12 fev. 2018.

No entanto, tal citação nos remete a reflexão de Santos (2001, p. 19), sobre a globalização como fábula: “é como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas.”

Destarte, “mediante a criação do crédito, os bancos adiantam os recursos necessários para a efetivação das decisões de investir, as quais, se bem-sucedidas geram a poupança (lucros) que será utilizada para o pagamento do empréstimo.” (PRATES, 2010, p.131). Assim, a política de inclusão financeira não objetiva o bem comum, mas ampliar a mais-valia socialmente produzida<sup>12</sup>.

Com a disponibilização do microcrédito e seu atrelamento às microfinanças, não só o salário indireto está interligado ao financiamento da acumulação e da expansão capitalista, mas também parte do salário direto se une nessa lógica, graças às inúmeras taxas agregadas a abertura de contas e a utilização dos serviços bancários.

Assim, a classe trabalhadora além de produzir a riqueza passa a financiar direta e indiretamente a produção, a acumulação e o desenvolvimento tecnológico, em outras palavras, não há mais a separação entre salário direto e indireto, ambos se tornaram fundo público que, “comparece como viabilizador da concretização das oportunidades de expansão, em face da insuficiência do lucro frente ao avassalador progresso técnico.” (OLIVEIRA, 1998, p. 34).

Nesse sentido, o BP proporcionou ao Estado nacional a conformação de um circuito financeiro integrado, mediante a captação e a difusão do dinheiro de toda a população se adequando às normas da economia mundial. Desse modo, o BP aumentou a carteira de clientes do Banco parceiro proporcionando bons retornos a ambas instituições. “Dentre as operações passíveis de serem realizadas com essa “carteira de clientes”, estão: empréstimos consignados; venda de produtos financeiros; cobrança de taxas de manutenção de contas; tarifas de prestação de serviços bancários etc.” (CONTEL, 2009, p. 125).

Esse desenvolvimento das instituições bancárias sua articulação com o sistema financeiro foi possível graças a presença da ECT em toda a extensão territorial que

---

<sup>12</sup> Como assinala Oliveira (1998, p. 35-36), “no lugar do fetiche da mercadoria colocou-se um fetiche do Estado, que é finalmente o lugar onde se opera a viabilidade da continuação da exploração da força de trabalho, por um lado, e de sua desmercantilização, por outro, escondendo agora o fato de que o capital é completamente social.”

dessa forma consegue agregar a grande massa excluída do sistema. A união entre Correios e as instituições bancárias permite o uso do território brasileiro ligado à lógica da corporação, mas serve igualmente aos interesses públicos, de modo que aliam os interesses, que são dinamizados sob a mesma base a exploração do trabalho e da população.

Por outro lado, levam benefícios à população aumentando sua participação nas políticas sociais de inclusão e redução de pobreza. Na prática, o BP é fundamentalmente um instrumento empresarial de arrecadação e “controle da riqueza gerada no território” (CONTEL, 2006, p. 250), por isso, ele é a mão que afaga e é a que apedreja, já que ao incluir explora.

Assim, ao financiar e normatizar a expansão dos serviços bancários por meio da utilização da infraestrutura, da tecnologia, da mão-de-obra e demais redes de varejo, o Estado através dos Correios desenvolveu o uso das tecnologias da informação para organizar dados, para executar o trabalho diários das empresas estatais e para controlar as transações realizadas pelas mesmas.

Também autorizou o processo de terceirização financeira, possibilitando não só a exploração dos trabalhadores das empresas/correspondentes, mas a exploração da renda de toda classe trabalhadora formal. Esse processo complexo de exploração do trabalhador, é a manifestação da inclusão financeira e social, uma vez que, rapidamente a massa trabalhadora passa a receber seu salário através de bancos, não em espécie ou cheque à vista, mas através de depósitos em conta corrente, em que já estão embutidas as diversas taxas bancárias.

Portanto, segundo Contel (2006, p. 249-250),

a utilização das agências de correios é um elemento estratégico, por ser possivelmente, o circuito mais capilarizado dos chamados “serviços públicos” de qualquer território. Através do uso desta rede é possível atingir a totalidade dos municípios brasileiros. Esse banco se credencia assim, a drenar a favor de seu sistema de ações uma quantidade enorme de depósitos, além de aumentar sensivelmente as possibilidades de realização de operações bancárias sobre seu controle (...) aumenta o poder das instituições financeiras no controle da riqueza gerada no território.

De acordo com Cataia (2009), “a escala nacional é o abrigo do capital, sendo o fundamento da própria universalização do capital”, nesse sentido, a atuação da ECT, evidencia o interesse do Estado e dos bancos em concretizar seus interesses a partir da exploração do trabalhador.



A fase-piloto do BP se estabeleceu com a parceria do Banco do Brasil. Conforme aponta o relatório empresarial da ECT (2000), “em sua fase-piloto, desenvolvida ao longo de 2000 (...), o projeto foi implantado em 36 agências postais, com a abertura de 2.029 contas correntes e de poupança e R\$ 23,5 milhões em depósitos.” Com base nesses resultados, o

Ministério das Comunicações definiu como meta de expansão do Banco Postal a implantação até o final de 2001 de mil novas unidades em cidades que não têm agências bancárias, mas que já dispõem de atendimento postal e abriu a possibilidade para que o serviço seja realizado com um ou mais parceiros, de acordo com a conveniência da empresa. (CORREIOS, 2000)

Dessa maneira, terminada a fase-piloto no ano de 2001, a ECT abriu concorrência pública, para a seleção de parceiro bancário na rede BP. O Bradesco disputou e ganhou a concorrência pela quantia de duzentos milhões de reais. (CONTEL, 2006). Nos anos posteriores ocorreu um acelerado crescimento da rede, graças a obtenção de clientes e a criação de serviços.

De forma que, uma nova rede de comunicações foi implementada e as agências dos Correios foram interligadas pelos recursos da comunicação simultânea. Assim, para que as transações fossem processadas em tempo real, cada agência dos Correios passou a deter pelo menos uma antena parabólica e um terminal do Bradesco. Tendo em vista que “telecomunicação via satélite” não é competência essencial dos Correios ou do Bradesco, essa atividade ficou a cargo da Embratel, que projetou e criou uma unidade para gerenciar exclusivamente a rede corporativa da ECT (ECT, 2000).

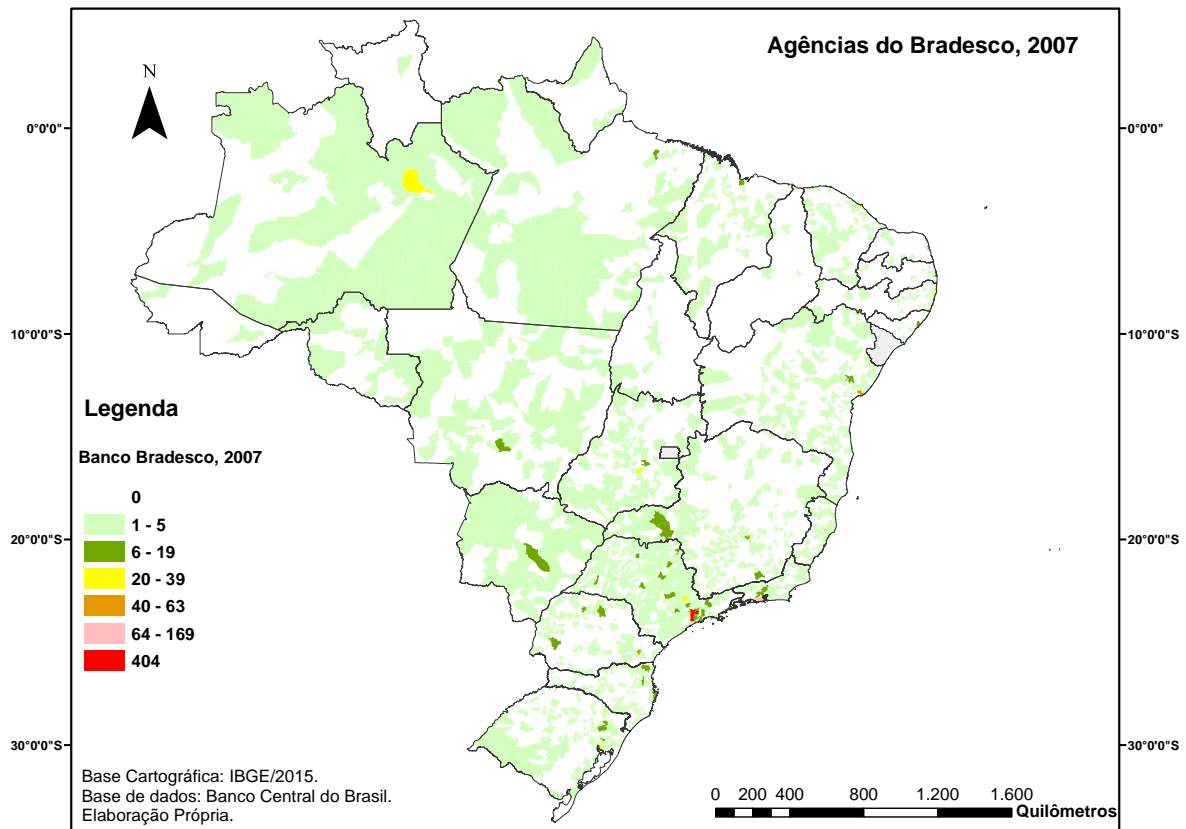
O Correspondente Bancário se tornou um produto inovador e essencial para o setor financeiro mundial, atuando nos países em desenvolvimento, pois possibilitou ampliar seu alcance espacial utilizando, além da infraestrutura material e técnica, a mão de obra existente na rede de varejo local sem nenhum custo trabalhista adicional.

De acordo com o informativo anual do Bradesco (2003, p. 76), o BP foi fundamental para clientes que “transacionam em diversas regiões do País; como estratégia do Banco de ampliar a sua participação no varejo; é um instrumento incentivador do crescimento do próprio mercado, pela possibilidade de inclusão de novos consumidores de serviços financeiros.”

Em outras palavras, o BP é um importante instrumento de cooperação no território nacional, pois, como assinala Venceslau (2017), para atuar em todos os

municípios as empresas necessitam se articular com a ECT. Nesse sentido, o mapa 2 mostra a rarefeita existência das agências do Bradesco no ano de 2007.

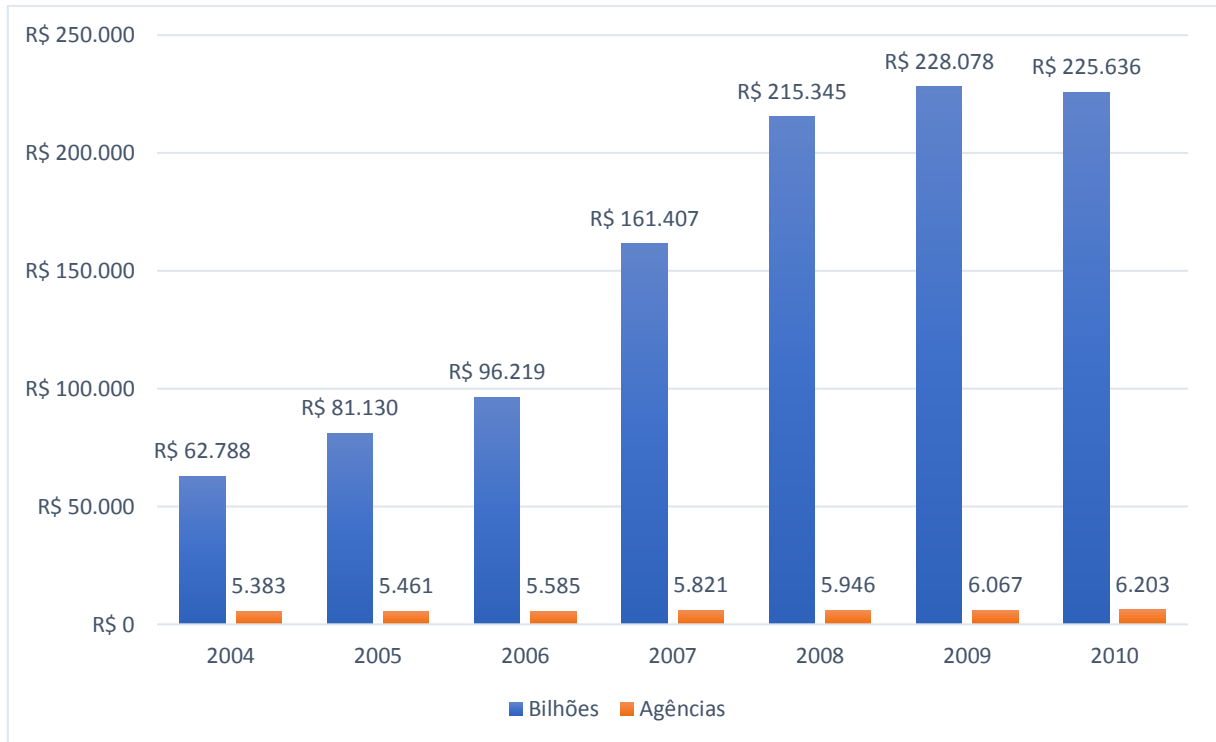
**Mapa 2.** Distribuição do Bradesco no Brasil, no ano de 2007



Como vemos no mapa 2, a atuação das agências do Bradesco não abrange todos os municípios e nem está dispersa na malha urbana, o que resulta num entrave territorial, já que impõe uma distância entre agências e população. É nesse sentido que a capilaridade dos fixos postais cumpre a função de fixos sociais, uma vez que permitem acesso a variados serviços independente do lugar onde se esteja, aproximando a agência da população.

Essa aproximação possibilitou a inclusão de novos clientes e novos serviços bancários voltados às necessidades populares. Um desses produtos são as linhas de Microcrédito e Crédito Consignado em folha de pagamento, tornando acessível a obtenção de empréstimos. No gráfico 1, podemos observar a evolução do saldo anual das operações de crédito.

**Gráfico 1.** Evolução do saldo anual das operações do Microcrédito e Crédito Consignado em Folha de Pagamento<sup>13</sup>



Fonte: Polianna Teixeira Olegário com base nos relatórios anuais do Bradesco<sup>14</sup>

No discurso tanto do Banco Bradesco como da ECT, o BP cumpriu seu papel como instrumento de inclusão financeira e social, uma vez que,

cerca de 1,7 mil das Agências foram instaladas em praças até então desassistidas por bancos, beneficiando milhões de pessoas que tiveram a oportunidade de, pela primeira vez, obter um talão de cheques, efetuar uma aplicação em poupança ou obter empréstimos em uma instituição regulamentada. Com o advento do Banco Postal, milhares de beneficiários do INSS passaram a receber seus benefícios na comodidade de uma Agência próxima de suas residências. Assim, não há necessidade de percorrer longas distâncias em barcos ou estradas precárias e nem gastar boa parte de seus proventos no trajeto. A expansão do Banco Postal também difundiu nas praças onde se instalou o uso dos cartões de débito e de crédito e a filiação de estabelecimentos à Rede Visa, melhorando o atendimento das próprias Agências Postais. Permitiu mais opções para as populações locais realizarem seus pagamentos e se firmou como um importante ponto de apoio aos clientes do Bradesco. (BRADESCO, 2006, p. 61)

No ano de 2007, no BP “mais de 6,8 milhões de contas abertas. Foi realizado o total de 239 milhões de transações no ano, gerando uma receita de R\$ 161 milhões,

<sup>13</sup> Nesses resultados estão inclusos ainda Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio Avais e Fianças, Créditos a Receber de Cartões de Crédito e Arrendamento Mercantil.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://bbdc.infoinvest.com.br/relacoes-com-investidores/relatorios-cvm>>. Acesso em 20 de junho de 2018.

com crescimento de 8,78% em relação ao ano anterior.” (ECT, 2007). Conforme afirmou o Bradesco (2010, p. 80), “mensalmente são realizadas, em média, mais de 38,9 milhões de transações ou 1,77 milhão de transações diárias.”

O Bradesco, por sua vez iniciava investimentos, com base nos serviços de correspondentes, na disponibilidade de meios eletrônicos para seus serviços, “tais como Fone Fácil, Internet Banking e Bradesco Celular; canais estes que respondem por grande parte das transações diárias, diferenciais por funcionarem 7 dias por semana, dia e noite, podendo ser acessados com agilidade e confiabilidade.” (BRADESCO, 2007, p. 60). Assim, em 2008 a rede contava

além de mais de 3.000 Agências e 2.700 Postos de Atendimento (PAB/PAE), dispõe também de uma Agência Digital, com ambiente informatizado e serviço de *courier*, em que uma equipe de Gerentes atende aos seus clientes, independentemente de sua localização geográfica, das 8 às 20 horas, 7 dias por semana. (BRADESCO, 2008, p. 64)

No ano de 2010, Hélio Costa, ministro das Comunicações, em entrevista concedida à Gazeta do Povo (2007)<sup>15</sup>, afirmou que somente “os Correios arrecadam de R\$ 10 milhões a R\$ 12 milhões ao mês com os serviços do banco.” Nesse ano, já se anunciava a ruptura do contrato realizado entre Bradesco e Correios. Segundo as notícias o governo decidiu romper o contrato com o Bradesco e assumir o BP.

Ao fim do contrato com os Correios, o Bradesco já havia estabelecido uma rede de atendimento, além de uma carteira de clientes consideráveis. O Bradesco fecha 2010 com o terceiro maior lucro da história em uma média de 145 milhões de cartões. (ESTADÃO, 2011)<sup>16</sup>. Neste ano a ECT lança a seguinte nota,

Em 2010, o Banco Postal superou a marca de 10 milhões de contas abertas desde sua inauguração (...). A quantidade de transações operacionais também se manteve crescente, atingindo 200 milhões de transações ao ano. Atualmente o Banco Postal se prepara para nova etapa: a contratação de um banco parceiro para novo ciclo contratual a partir de 2 de janeiro de 2012, de forma a consolidar ainda mais sua presença no mercado de correspondentes. No ano passado a receita auferida na prestação do serviço de correspondente foi de R\$ 322 milhões, o que representou um crescimento de 41,7% em relação ao exercício anterior. (ECT, 2010)

<sup>15</sup> GAZETA DO POVO. **Fim da parceria Bradesco e Correios**. 01 de fevereiro de 2007. Disponível em < <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/fim-da-parceria-bradesco-e-correios-acssfy48wbat1sr2du6ynw2fi> > Acesso em 22 junho de 2018.

<sup>16</sup> ESTADÃO. **Bradesco fecha 2010 com 3º maior lucro da história, diz consultoria**. 31 janeiro 2011. Disponível: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.bradesco-fecha-2010-com-3-maior-lucro-da-historia-diz-consultoria.53007e> Acesso 21 junho 2018.

Em dezembro de 2011 encerrou-se a parceria entre Bradesco e ECT, todavia, “os clientes que utilizavam os serviços do BP continuam sendo clientes Bradesco e serão amparados pela ampla rede de agências e postos de atendimento do Banco, podem contar com um serviço completo e de qualidade aonde quer que estejam.” (BRADESCO, 2011, p. 86).

Como anunciou o Bradesco a ruptura do contrato com a ECT, “talvez tenha sido uma das melhores coisas que aconteceu na história do banco. Deixamos de pagar o valor que teríamos que desembolsar no ato para os Correios e de pagar as comissões por todos os serviços” (BRASIL ECONOMICO, 2015).<sup>17</sup>

No entanto, o Bradesco segue investindo em projetos empreendedores que desenvolvam tecnologias que garantam o seu alcance territorial. Dessa maneira, desde o ano de 2014 vinte tecnologias foram adotadas pelo Banco como a Ewally plataforma digital cuja “tecnologia que permite oferecer, com mais segurança, serviços financeiros à população não bancarizada, como transferências de dinheiro, pagamentos de contas e recargas de celulares.” (EXAME, 2017, p. 146). E a Rede Frete Fácil, “plataforma de logística que conecta as empresas que precisam transportar mercadorias com os caminhoneiros autônomos” (EXAME, 2017, p. 146). Todas essas ações realizadas por meio de parcerias estratégicas com outras empresas.

Graças ao investimento midiático e as demais facilidades concedidas pelo Estado e pelos bancos, através dos correspondentes bancários a taxa de bancarização cresceu rapidamente a nível nacional. Conforme aponta a jornalista Flávia Lima (2017)<sup>18</sup>,

Dos 160 milhões de adultos da população brasileira, quase 140 milhões (87%) mantinham em 2016 algum tipo de relacionamento bancário. A bancarização da população tem crescido a um ritmo de 3,3% ao ano, nos últimos dez, indicam dados apresentados pelo diretor de relacionamento institucional e cidadania do Banco Central, Isaac Sidney Ferreira, em congresso sobre meios de pagamento, em São Paulo. (LIMA, 2017).

---

<sup>17</sup> BRASIL ECONÔMICO. **Perda de Banco Postal foi bom para a instituição, diz Bradesco**. 08 de abril de 2015. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/financas/2015-04-08/perda-de-banco-postal-foi-bom-para-a-instituicao-diz-bradesco.html>> Acesso em 27 junho de 2018.

<sup>18</sup> LIMA, Flávia. **Bancarização cresceu 3,3% ao ano desde 2006, diz diretor do BC**. Valor Econômico: mar, 2017. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/financas/4900432/bancarizacao-cresceu-33-ao-ano-desde-2006-diz-diretor-do-bc>> Acesso em: 17 janeiro 2018.

A ECT amplia a competitividade empresarial no cenário nacional e mundial da comunicação e da informação e, com o uso das TIC's, desenvolve sua capacidade competitiva tornando vantajoso o uso corporativo do território, comprovando a eficiente atuação do Estado enquanto empreendedor.

Por sua vez, a ECT criou uma subsidiária integral denominada, Correios Participações S/A (CorreiosPar), em decorrência do novo Estatuto dos Correios alterado pela Lei 12.490/11. Através da CorreiosPar, foi possível constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em empresas e gerir as relações de governança das mesmas com o objetivo de edificar o cumprimento do objetivo social dos Correios<sup>19</sup>.

A administração da CorreiosPar objetiva a criação de uma empresa de transporte aéreo de carga mediante parceria privada; instituição que oferecerá soluções em comunicação digital; empresa para oferta de serviços de telefonia virtual móvel (MVNO); e de instituição financeira em parceria com o Banco do Brasil objetivando ampliar as atividades do BP e formar uma nova instituição financeira, controlada igualmente por ambas empresas (ECT, 2014a).

Dessa maneira, a CorreiosPar nasce com intuito de buscar parcerias que tragam inovações tecnológicas que aumentem o portfólio de produtos da ECT diversificando a carteira de clientes.

Essa atuação é condizente com a gestão, muito embora o fato postal seja ainda denominado um serviço público, como afirma Gertel (1991, p. 124-125), a ECT “na prática, é uma firma pública que, como empresa de mercado, deve operar estrategicamente uma gestão produtiva e eficiente, na qual a realidade do mercado sustente o mercado potencial” retomando a citação exposta neste texto anteriormente.

Portanto, em parceria com a ECT, o Bradesco sob o discurso de inclusão bancária concretizou o desenvolvimento de seus serviços e o alcance de todo o território nacional, garantindo a manutenção e ampliação de sua margem de lucro. Com a ruptura do contrato, o Bradesco se reestrutura apostando em investimentos que solidificam seu poder territorial.

---

<sup>19</sup> CorreiosPar. Disponível em: < <http://www.correiospar.com.br/> >.

#### **4 NOVA REGULAÇÃO DOS CORREIOS: da empresa rede ao território em rede**

Em 2011, dois pontos importantes marcaram o aprofundamento da política empresarial de gestão da ECT. Um, a parceria com o Banco do Brasil em relação aos serviços do BP. Dois, a aprovação da Lei 12.490/11, que autoriza os Correios a “atuar no exterior, constituir subsidiárias, adquirir controle ou participação acionária em sociedades empresariais estabelecidas, explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos.” (BRASIL, 2011).

O leilão para a contratação do banco parceiro contou com a participação dos bancos: Itaú, com a proposta de um centavo de reais; Caixa Econômica Federal, com a proposta de um bilhão e dois milhões de reais; Banco do Brasil, proposta de um bilhão de reais; e o Bradesco, cuja proposta foi um bilhão e quinhentos e cinquenta milhões de reais.

Ao final de doze rodadas, o Bradesco ofereceu a somatória de dois bilhões duzentos e cinquenta milhões de reais, enquanto o Banco do Brasil realizou um lance de dois bilhões e trezentos milhões de reais (ECT, 2011a). Além dessa quantia, o BB se propôs a pagar à ECT mais quinhentos milhões de reais referentes às luvas do BP. As luvas se referem aos valores básicos de acesso ao negócio por agência. O contrato entre Correios e Banco do Brasil foi firmado em 1º de julho de 2011, com validade de cinco anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

Como resultado do início da nova parceria, já no ano de 2012, o BP superou a marca de um milhão de novas contas. Foram inauguradas dezesseis novas agências, instaladas em municípios com até 15 mil habitantes, os pequenos mercados segundo a nomenclatura da ECT. (ECT, 2012, p. 22).

No mesmo ano, novos serviços foram oferecidos:

empréstimo consignado INSS, pagamento de contas com a opção de débito em conta com a utilização do cartão, automação do processo de conciliação de transações e valores com o Banco Parceiro utilizando EDI (Electronic Data Interchange)<sup>20</sup>, controle de cartões de crédito, controle de contas ativas, automação do controle de limite de encaixe para as agências, automação do controle do encaminhamento de formulários e documentos de correntistas ao Banco Parceiro, empréstimo on-line para pessoa jurídica dentre outras. Finalmente, foi construído o Sistema Banco Postal Gestão, que visa acertar e controlar as divergências de transações bancárias e as diferenças dos saldos das agências entre o Banco Postal e o Banco Parceiro. (ECT, 2012, p. 135)

---

<sup>20</sup> É um sistema de envio e recebimento de documentos eletrônicos padronizados entre parceiros comerciais.

O objetivo de ampliar o portfólio de serviços “é atender a uma parcela significativa da população brasileira, que hoje não tem acesso ao sistema financeiro e é estimada em 55 milhões de pessoas, responsáveis por movimentar mais de R\$ 600 bilhões por ano.” (ECT, 2013a, p. 182).

Em 2013, o Banco do Brasil lançou a campanha publicitária “Bom Pra Todos”. Com a campanha outra propaganda foi veiculada, evidenciando o viés da nova gestão do BP. Diferente da propaganda anterior que cria um dilema cotidiano da classe trabalhadora, esta é interpretada pela atriz Fabiana Karla que, neste contexto, interpretava uma enfermeira na novela, Amor à Vida, exibida pela TV Globo. Nota-se que é uma atriz ligada ao universo do humor, que em novelas e minisséries sempre representa papéis ligados a classe trabalhadora, isto é, a narradora da propaganda representa de certa forma o público ao qual os atores que comandam o BP querem ter acesso.

Desse modo, Fabiana Karla encena o seguinte discurso: “Não sei você, mas eu já abri minha conta Mais Banco Postal. Mais fácil não existe! O Banco Postal é dos Correios e tem parceria do Banco do Brasil. Aqui a gente se sente em casa! Agora eu tenho meu cartão de crédito, meu cheque, e já tirei até o meu empréstimo pra renovar a minha casa!”

Em seguida, uma *voz over* edifica o discurso dos Correios e do BB acompanhada por recursos de animação digital que ilustram os serviços: “o Banco Postal está em todo o país. Passe nos Correios e abra a sua conta Mais Banco Postal com tarifas mais acessíveis. Banco Postal é mais próximo. É mais seu! Ao final do texto, volta em primeiro plano a atriz Fabiana Karla, sorrindo: Augusto, meu assessor do Banco Postal.”



**Figura 3.** Frames do comercial do Banco Postal



Fonte: Comercial Banco Postal, vinculado em rede nacional<sup>21</sup>

Mais uma vez, a propaganda evidencia a função primordial do BP, a disponibilização de crédito para a população a fim de incentivar o consumo, uma vez que de acordo com Feltrim, Ventura e Dold (2009, p. 9) “um ambiente de relações financeiras sustentáveis e inclusivas é catalisador para o desenvolvimento.”

O resultado da campanha “Bom Pra Todos”, no ano de 2013, foi de um milhão e quinhentas mil novas contas, inauguradas 25 agências em municípios de até 15 mil

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J49N0BmxhE>> Acesso em 12 fevereiro 2018.

habitantes. Outro resultado dessa parceria foi assinado pela ECT em 22 de novembro do mesmo ano Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco do Brasil. Este memorando visa a constituição de uma sociedade de participações baseada na concepção de uma instituição financeira, “cujo principal objetivo será incrementar o modelo hoje estabelecido entre as empresas, ampliando seu portfólio de produtos e serviços, para aproximá-lo dos modelos internacionais de bancos postais.” (ECT, 2013b, p. 48).

Tal intenção de criar uma instituição financeira vinha sendo semeada desde o ano de 2011.

A aprovação do novo Estatuto da ECT, por Decreto Presidencial, é uma sinalização do Governo para que os Correios, convergindo para a tendência mundial de atuação das administrações postais no mercado financeiro, possa criar seu próprio banco ou adquirir participação acionária no capital de outra instituição financeira já integrante do Sistema Financeiro Nacional. A criação do próprio Banco Postal, para tornar-se real, requer um período de tempo prolongado, necessitando de pesquisas detalhadas e estudos aprofundados para avaliação de alternativas e indicação de melhor modelo a ser adotado: se criação; aquisição; participação acionária; etc. (ECT, 2011c).

É neste momento que a Lei 12.490/11 se torna fundamental, pois dela provém o novo Estatuto da ECT, assim como o Plano Estratégico Correios 2020, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de abril do ano de 2011. Este plano definiu a nova identidade corporativa da empresa, uma empresa de classe mundial. (ECT, 2010, p. 4028). O então presidente dos Correios, Wagner Pinheiro de Oliveira, esclareceu os principais objetivos deste plano estratégico:

Sempre com a visão de transformar os Correios em um conglomerado empresarial moderno, flexível, dinâmico e com negócios diversificados, ajustado ao nível de desenvolvimento do Brasil. Nossa meta é alcançar uma receita total correspondente a 1% do PIB. Para isto, o Plano Estratégico Correios 2020 prevê parceria com operadoras para oferta de telefonia móvel, fornecimento de soluções de comunicação digital, qualificação permanente dos trabalhadores, ampliação do parque tecnológico, investimento em infraestrutura, novos serviços de encomendas para o comércio eletrônico, parcerias de logística integrada, escritórios de prospecção no exterior e ações de responsabilidade social e ambiental. (OLIVEIRA, 2013)

Dessa maneira, no intuito de ampliar sua atuação como agente financeiro, em 2014, Correios e Banco do Brasil firmaram um contrato de associação para a criação da subsidiária financeira:

as Requerentes (Banco do Brasil e ECT) pretendem constituir, sob a forma de sociedades anônimas e sob governança compartilhada: (i) uma holding não-financeira (*NewCo*), (ii) uma holding financeira e, finalmente, (iii) a nova instituição financeira. 7.) O objeto principal da holding não-financeira consistirá na participação de sociedades empresariais que atuem, direta ou indiretamente, no ramo financeiro e correlatos. A governança deverá ser paritária [...] 8.) A *holding* financeira terá por objeto [...] a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, especialmente a nova instituição financeira a ser constituída pelas Requerentes. 9.) Por sua vez, a nova instituição financeira terá por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias relacionadas às atividades de bancos comerciais, através das respectivas carteiras de crédito, financiamento, de crédito imobiliários e de arrendamento mercantil, operações de câmbio e de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, podendo, ainda, participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades, no Brasil e no exterior. (p.03)

Caberá a ECT prestar os seguintes serviços ao BB em caráter de exclusividade: “correspondente no país; indicação de produtos de seguridade aos clientes com o repasse das informações cadastrais ao canal corretor; e outros serviços financeiros, como consórcio e meios eletrônicos de pagamento (cartão de crédito e pré-pago).” (CADE, 2014, p. 29).

Neste contexto, surge a subsidiária integral denominada Correios Participações S/A (CorreiosPar). Essa subsidiária é 100 % ligada à União, com capital inicial de R\$ 300 milhões. A CorreiosPar, constitui instrumento fundamental para a concretização dos objetivos do Plano Estratégico Correios 2020 (ECT, 2014a). Ela ficou responsável por buscar parcerias estratégicas em ramos empresariais que contribuam para maior eficiência da ECT em território nacional e internacional. A busca dessas parcerias é o resultado de uma nova concepção dos gestores da ECT, que Castells (2017) conceitua como “empresa rede”.

Segundo Castells,

isso não é equivalente a uma rede de empresas. É uma rede feita ou de firmas, de segmentos de firmas e/ou da segmentação interna das firmas. Assim, grandes corporações são descentralizadas internamente como redes. Pequenas e médias empresas estão conectadas em redes, garantindo assim a massa crítica de sua contribuição como subcontratantes ao mesmo tempo que mantém sua vantagem principal: a flexibilidade. Redes de pequenas e médias empresas são muitas vezes subsidiárias de grandes corporações, na maioria dos casos de várias delas. As grandes corporações, e suas redes subsidiárias, normalmente formam redes de cooperação chamadas, na prática empresarial, de alianças ou parcerias estratégicas. (2017, p. 78)

A ECT procura se articular territorialmente com outras empresas com intuito de “formar alianças, parcerias e colaborações que são específicas para um produto, um processo, um momento e um espaço determinado.” (CASTELLS, 2017, p. 78)

As vantagens dessa associação para o Banco do Brasil é integrar-se a uma das marcas mais tradicionais e respeitadas do Brasil, que conta com uma das redes de atendimento mais capilares do país. Já para a ECT, traz a possibilidade de ter acesso a conhecimentos do setor bancário do Banco do Brasil (CADE, 2014, p. 32). Esse projeto foi aprovado pelo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) no ano de 2014.

Com a aprovação do projeto de subsidiária, ocorreu a anulação do contrato referente ao BP. Devido à rescisão, os Correios contraíram uma dívida total de um bilhão oitocentos e sessenta e cinco milhões duzentos e cinquenta mil reais, mais taxas anuais. (ECT, 2014b, p. 1398). Todavia, o custo gerado com a rescisão ficou condicionado a assinatura de um novo contrato, cujo período de execução foi estabelecido em 30 meses. (ECT, 2014a).

Assim, as receitas do BP foram incorporadas aos lucros da ECT. Dessa forma, no ano de 2014, a receita líquida obtidas pela ECT, referente ao BP foi de oitocentos e quatro milhões e duzentos e noventa e oito mil reais, o que significou 5% da receita total da ECT, uma vez que, no ano de 2013 a receita líquida do BP chegou apenas a trezentos e doze milhões setecentos e quarenta e três mil reais, o que representa 2% da receita líquida da ECT. (ECT, 2014a).

No ano de 2015, o BP apresentou um crescimento de 45% em relação ao ano anterior, sendo sua receita líquido responsável por 7% do montante total, arrecadando um bilhão, cento e sessenta e quatro milhões e trezentos e cinquenta e um mil reais. Isso se deve ao fato de que “os Correios apresentaram evolução no volume de crédito concedido em comparação ao mesmo período no ano anterior, consequência do aumento de oferta do crédito na rede de atendimento.” (ECT, 2015, p. 80).

Os resultados desse período indicam o retorno do serviço realizado pelo BP e demais correspondentes, conforme tabela 1.

**Tabela 1.** Desempenho anual da rede de correspondentes vinculados ao Banco do Brasil

CONTAS ABERTAS (unidades)	2012		2013		2014		2015	
Banco Postal	1.088.526	48%	1.397.374	62%	919.069	61%	659.475	68%
Demais Correspondentes	1.194.659	52%	854.574	38%	595.598	39%	313.948	32%

<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (unidades)</b>	<b>2012</b>		<b>2013</b>		<b>2014</b>		<b>2015</b>	
Banco Postal	219.645	15%	439.751	28%	326.993	23%	484.629	33%
Demais Correspondentes	1.260.726	85%	1.123.788	72%	1.073.542	77%	984.106	67%
<b>VOLUME DESEMBOLSADO (R\$ milhões)</b>	<b>2012</b>		<b>2013</b>		<b>2014</b>		<b>2015</b>	
Banco Postal	264	4%	547	7%	514	7%	726	11%
Demais Correspondentes	7.183	96%	7.270	93%	6.767	93%	5.994	89%

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados obtidos através Banco do Brasil (2013, p. 115 e 2015, 105).

De acordo com a tabela 1, em 2012, o Banco do Brasil contava com mais de onze mil pontos de atendimento e estabelecimentos inseridos na rede de correspondentes bancários, denominada Rede MaisBB, à esta rede se somaram neste mesmo ano as 6.195 agências dos Correios com serviços de BP.

Todavia, entre anos de 2012 a 2015 os dados nos mostram a liderança do BP na abertura de contas, mesmo com o total de operações de crédito e com o volume desembolsado consideravelmente maior nos demais correspondentes (terminais eletrônicos e outros estabelecimentos varejistas).

Ainda segundo os dados da tabela 1, nota-se que no ano de 2015 os demais correspondentes apresentaram queda considerável nas operações de crédito e no volume desembolsado, conseqüentemente ocorreu um aumento nas operações do BP. Em nossa perspectiva, isso se deve ao fato do fechamento de inúmeros estabelecimentos de correspondentes e a manutenção das agências postais com serviços bancários. Em setembro de 2012, 14 mil estabelecimentos compunham a rede dos demais correspondentes e cerca de 6.195 agências com Banco Postal (BANCO DO BRASIL, 2012, p. 89). Já em setembro de 2015 havia 8.235 estabelecimentos de correspondentes e 6.191 agências postais (BANCO DO BRASIL, 2015, p. 104).

Nesse cenário, o contingente dos demais correspondentes bancários que compõem a Rede Mais BB continua reduzindo, chegando em setembro do ano de 2017, a um total de 7.576 estabelecimentos (BANCO DO BRASIL, 2017, p. 98), e a junho de 2018 a um total de 7.088 estabelecimentos (BANCO DO BRASIL, 2018, p. 99). As agências postais com serviços bancários se mantêm estáveis com mais de seis mil pontos de atendimento, ou seja, em todas as agências próprias dos Correios há os serviços de BP.

Graças ao processo de anulação do contrato, a nova parceria entre Correios e BB, a partir de 2016, os rendimentos do BP não fazem parte dos documentos

administrativos do Banco do Brasil. Dessa maneira, no ano de 2016 segundo a ECT (2016, p. 57),

o Banco Postal alcançou a receita de 1,2 bilhão com a marca de 15,4 milhões de contas correntes abertas desde o início das atividades de correspondente, há 15 anos. Neste período foram realizadas mais de 2,3 bilhões de transações. O ano foi marcado também pelo aumento da contratação de crédito de cerca de 47% em relação a 2015. Foram concedidos mais de R\$ 450 milhões em volume de crédito por meio da rede de agências dos Correios que operam os serviços de correspondente, contribuindo assim para democratização do crédito, principalmente nas localidades desassistidas de atendimento bancário convencional.

Assim, houve a expansão da venda de consórcios nas agências dos Correios, através do serviço BB Consórcios, subsidiária do Banco do Brasil. Segundo a ECT (2017), este

serviço, que está presente atualmente em 190 unidades da estatal, passará para 1.822 a partir de maio e deve chegar a 3.390 agências até o fim do ano. A ideia é unir a capilaridade dos Correios, que estão presentes em todos os municípios brasileiros, com a expertise do Banco do Brasil (BB). Esta é mais uma ação de diversificação dos negócios da empresa com o objetivo de incrementar sua receita e garantir sua sustentabilidade.<sup>22</sup>

Com isso, a função principal do BP é atrair clientes pertencentes a população de baixa renda aos serviços financeiros. Embora essa população seja considerado, por ambas as empresas, um “pequeno mercado”, este mercado é fundamental para essas empresas e para o sistema financeiro, uma vez que, segundo Santos (1999, p. 11) “por menor que seja um lugar, por mais insignificante que pareça, no mundo da competitividade este lugar é fundamental porque as empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possa manter seu poder.”

Nesse viés, o BP, assim como os demais Correspondentes Bancários, são implementados no território brasileiro em decorrência do processo de concentração bancária. Esta se caracteriza pela retração de agências bancárias no interior de todas as macrorregiões e, simultaneamente, a expansão nas maiores regiões metropolitanas do país, especialmente, São Paulo e Rio de Janeiro (DIAS, 2017, p. 387-388).

---

<sup>22</sup> Nota disponível em < <http://www.correios.com.br/para-voce/noticias/correios-expande-venda-de-consorcios-para-agencias-de-todo-o-brasil> > acesso em 12 dez 2017.

As principais motivações na implantação destes serviços no território foram a redução de custos transacionais e a ampliação de mercado ou inclusão financeira. (JAYO, 2010, p. 129). No entanto, como será apresentado, a execução do BP impôs conflitos concorrenciais entre empresas do ramo e, trabalhistas com os funcionários das agências postais. Em nossa perspectiva, a solução encontrada para esses problemas reside em outra inovação técnica que está sendo massificada, tanto pela ECT como pelos bancos. Veremos este processo na próxima seção.

#### **4.1 Implicações sociais e comerciais do serviço postal bancário na atualidade: Superação do modelo de negócio do Banco Postal?**

Recapitulando, a taxa de inclusão financeira em 2013 era de 56% da população (FEBRABAN, 2013, p. 8) vinculada com alguma instituição financeira; em 2015, alcançou a marca de 89,5% (FEBRABAN, 2015, p. 42); chegando a 90,4% da população, no ano de 2017 (FEBRABAN, 2017, p. 23), variando apenas 0,6% entre os anos de 2015 a 2017.

Desse modo, é fato que a política de inclusão financeira atingiu o seu principal objetivo de ampliar o acesso popular aos serviços financeiros através dos correspondentes bancários, sobretudo, graças às qualidades territoriais, comerciais e sociais da ECT. Contudo, os conflitos gerados pela implantação e execução do BP atormentam a ECT ao longo dos anos.

Críticas jornalísticas e processos judiciais de ordem empresarial e trabalhista, instaurados desde a parceria com o Bradesco perpetuaram até a relação com o Banco do Brasil. Por exemplo, o jornal A Nova Democracia (2006)<sup>23</sup>, denuncia que através dos serviços de BP se constituiu,

a partir de 2002, um monopólio privado no setor bancário que atinge mais de um terço dos municípios brasileiros. Em vez de entregar o serviço ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal — o que seria recomendável inclusive pelo fato de que algumas prefeituras do interior usam o serviço e a Constituição prevê que haveres públicos devem ser depositados em bancos públicos — ou mesmo à própria ECT.

---

<sup>23</sup> A NOVA DEMOCRACIA. **Correios banca lucro do Bradesco**. ano V. nº 32, dez. 2006. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-32/404-correios-banca-lucro-do-bradesco>>. Acesso em 22 de junho de 2006.

Já os processos judiciais são em sua maioria de ordem trabalhista, uma vez que, os servidores dos Correios acumulam a função de bancários, mas não acumulam salários ou quaisquer outros benefícios da categoria. Nesse sentido, o jornal A Nova Democracia (2006) aponta:

O empregado que atua como caixa do Banco Postal ganha apenas um adicional de 30 reais, recebendo, ao final, um salário consideravelmente menor que o de um caixa de banco. Menor até mesmo que o piso dos bancários. E sem que lhe sejam reconhecidos alguns direitos que a lei assegura aos bancários, como jornada de 30 horas, participação nos lucros do banco e direito a faltas não-justificadas.

Além dos processos judiciais, no ano de 2012, os sindicatos deflagraram uma greve, segundo a seguinte pauta: aumento salarial, melhores condições de trabalho e maior segurança em suas atividades.

O SINTECT-SP (Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares de São Paulo, Grande São Paulo e zona postal de Sorocaba), divulgou um panfleto denunciando os problemas enfrentados pelos funcionários das agências em quase todo o Brasil, chamado, “A violência Urbana e os serviços postais” (2012), nele o sindicato assinala:

Os assaltos das agências cresceram depois de 2002, com a criação do Banco Postal (...) que aumento de clientes e leva a circulação de capital nas agências atraindo a atenção de criminosos. A infra-estrutura física e pessoal inadequadas para a prestação de serviços bancários dentro das agências estaria provocando o aumento da ação dos bandidos e expondo a risco a integridade física dos usuários do serviço público e dos funcionários, facilitando a ação de criminosos. Os pontos vulneráveis estão localizados em cidades de pequeno porte e que movimentam grandes quantias de dinheiro. A região Agreste concentra o maior número de assaltos. (SINTECT-SP, 2012)

A cartilha propõe medidas para aumentar a segurança das agências que possuam BP: contratação de vigilantes, instalação de portas-giratórias, blindagem da área dos guichês, monitoramento por vídeo durante 24 horas, instalação de alarme, entre outros. No entanto, necessidade da instalação dos equipamentos de segurança gerou outro processo judicial.



Em 2014, a Justiça determinou a obrigatoriedade da instalação de equipamentos de segurança nas agências com BP, divulgada pela revista eletrônica ConJur (2014)<sup>24</sup>:

Se uma das atribuições dos Correios também é prestar serviços bancários, a empresa deve instalar equipamentos de segurança para não deixar seus clientes e funcionários expostos a riscos desnecessários. Esse foi o entendimento da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região ao negar recurso dos Correios e manter ação do Ministério Público do Trabalho de São Paulo.

A ECT apelou da decisão, mas a liminar não foi revogada, assim em 2017 os Correios informam a impossibilidade da manutenção das agências do BP e seu fechamento, devido à falta de recursos para instalar os equipamentos de vigilância em toda rede. Segundo o jornal Valor Econômico (2017)<sup>25</sup>,

O serviço do Banco Postal será "descontinuado" porque os Correios, segundo sua assessoria de imprensa, não têm condições de arcar com os custos para atendimento de decisões judiciais de várias cidades brasileiras que obrigam a contratação de vigilantes armados e instalação de portas giratórias. O custo mensal nessas agências poderia chegar a R\$ 8 milhões por mês. A tendência, conforme fontes, é que essas decisões judiciais se alastrem por mais cidades. [...] com a decisão dos Correios, o Banco do Brasil terá que transferir o pagamento de 81,2 mil beneficiários para outros bancos. Outras 56,7 mil passarão a receber o benefício nas agências do banco estatal

Nesse contexto, graças à pressão popular e midiática, o Banco do Brasil assumiu “por quatro meses, os custos da contratação de vigilantes armados e portas giratórias para garantir o funcionamento do Banco Postal em 1.827 agências dos Correios” (VALOR ECONÔMICO, 2017)<sup>26</sup>.

Outro processo enfrentado pelos Correios, diz respeito a associação com o Banco do Brasil e à constituição da subsidiária financeira. Neste, a ECT foi acusada de prática anticoncorrencial pela Associação Nacional dos Entregadores de Pequenas Encomendas e Impressos (ANEPEI).

---

<sup>24</sup>CONJUR. Agências dos Correios devem instalar sistemas de segurança comuns em bancos. 22 outubro de 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-out-22/correios-obrigados-sistema-seguranca-banco>>. Acesso em 30 abril 2018.

<sup>25</sup> VALOR ECONÔMICO. Banco Postal fecha 1.800 agências e afeta saque de benefícios de 137 mil aposentados. 29 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5138204/banco-postal-fecha-1800-agencias-e-afeta-saque-de-beneficios-de-137-mil-aposentados>> Acesso em 01 mar 2018.

<sup>26</sup> VALOR ECONÔMICO. BB assumirá despesas do Banco Postal em quase 2 mil agências Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/5143676/bb-assumira-despesas-do-banco-postal-em-quase-2-mil-agencias>> Acesso em 01 mar 2018.

Para a ANEPEI, “a operação em tela resulta em integração vertical entre o segmento de meios eletrônicos de pagamento (Banco do Brasil) e a prestação de serviços de transporte de encomendas e documentos (ECT).” (p. 12). A associação prevê que importantes clientes do Banco do Brasil passarão a ser parceiros exclusivos dos Correios, o que levará ao fechamento de muitas empresas de transporte expresso de pequeno e médio porte.

Essa alegação coloca em xeque a natureza jurídica de atuação da ECT, afirmando que os serviços prestados pela empresa na atualidade não correspondem ao que se entende por serviços públicos. Para a ANEPEI, a atuação da ECT transpassa os direitos que lhe são assegurados pela Constituição Brasileira de 1988, logo o privilégio/exclusividade do monopólio postal tende a ser anticoncorrencial e prejudica a atuação de outras empresas no mercado.

Nesse sentido, Denise Dias e Yanina Seltzer (2009, p. 245) assinalam que,

demandas trabalhistas constituem real ameaça à continuidade dos correspondentes. Inúmeros casos na justiça requerem isonomia entre os bancários e os funcionários dos correspondentes. Para piorar, projetos de lei impondo padrões mais estritos de segurança em agências bancárias objetivam estender tais padrões para os correspondentes. Essas iniciativas podem aumentar os custos dos correspondentes para os bancos de modo a tornar o modelo inviável. Os bancos investiram nos correspondentes justamente por seu baixo custo. Se tiverem sucesso, essas demandas podem resultar num infeliz retrocesso em termos de inclusão financeira.

Dessa forma, buscando reverter a retração bancária e continuar conectando a classe trabalhadora com baixos salários aos bancos, foi necessário desenvolver outros canais de comunicação para a venda de produtos e serviços bancários. Assim como a África do Sul, o Quênia e as Filipinas, foram realizadas parcerias entre bancos e operadoras de telefonia móvel, de modo que, o telefone celular e os smartphones foram os meios de acesso a serviços bancários mais utilizados neste contexto (JAYO, 2010; CGAP, 2006).

Por consequência, o acesso aos serviços financeiros passa a ser realizado cada vez mais por meio eletrônico digital, o que já qualifica o BP como uma rugosidade territorial, isto é, “o que fica do passado como forma (...). Os restos de divisões do trabalho já passadas (...), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.” (SANTOS, 1997, p. 113).

Por esse viés, com as facilidades do dinheiro eletrônico, graças a inclusão financeira e tecnológica, informacional e comunicacional, em todos os níveis sociais,

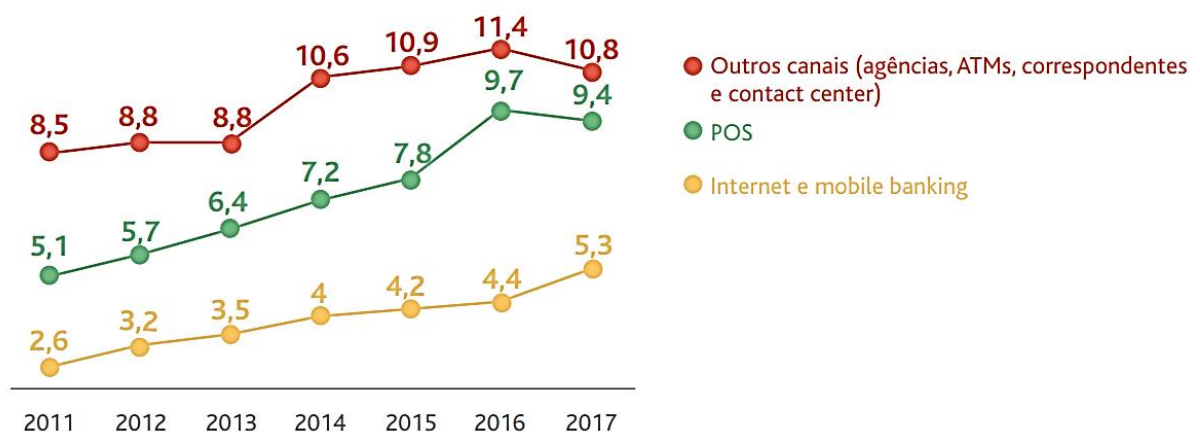
o dinheiro eletrônico assume novas formas e pode ser transferido pelos telefones celulares, permitindo que a financeirização avance inclusive sobre as camadas da população que carecem de conta bancária. Trata-se de uma modernização do próprio circuito inferior que implica um aumento dos seus custos fixos e contribui para criar o que Contel (2011, p. 280)<sup>27</sup> denominou “hipercapilaridade do acesso ao crédito” (SILVEIRA, 2017, p. 377).

Segundo a Febraban (2018), os estabelecimentos dos correspondentes, assim como as agências, caixas eletrônicos e central de contato por aparelho telefônico, possui significativa importância em transações que requerem movimentação financeira, conforme mostra o gráfico 2. Posto que,

a aceitação dos consumidores por soluções bancárias via aplicativos para dispositivos móveis é especialmente alta entre os chamados millenials, faixa etária dos que têm hoje de 18 a 34 anos – quase dois terços desses usuários têm um aplicativo; já entre os usuários de 35 a 44 anos, a fatia é de 52%. A participação vai caindo conforme a pirâmide etária avança – mas já mostra o nível de adesão crescente que deve dominar o cenário no longo prazo. (FEBRABAN, 2018, p. 22)

Desse modo, há uma crescente evolução do uso dos canais digitais, Internet (utilização de sites) e Mobile banking (uso do celular).

**Gráfico 2.** Evolução das transações com movimentação financeira por grupo de canais (em bilhões de transações)



Fonte: Elaborado por Febraban (2018, p. 26).

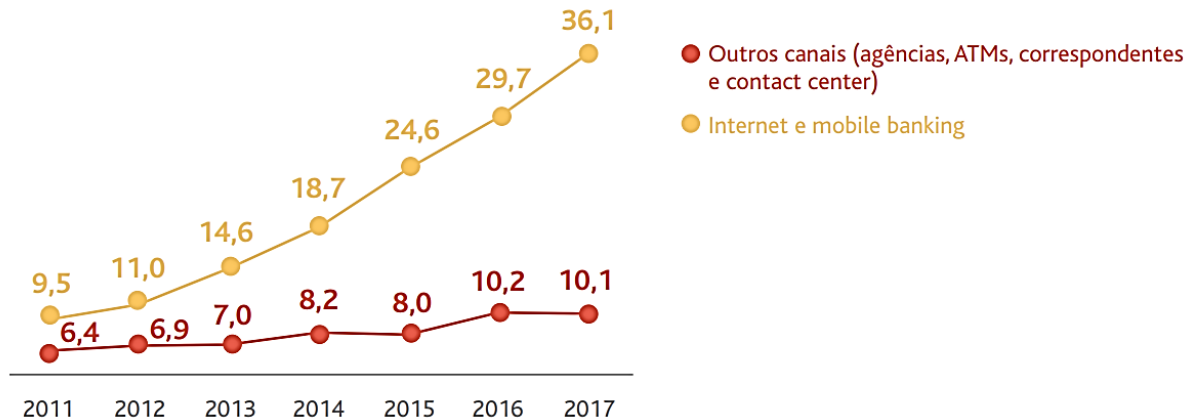
<sup>27</sup> CONTEL, Fabio Betioli. **Território e Finanças**: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. São Paulo: Annablume, 2011.

De acordo com o gráfico 2, no ano de 2014, há um salto importante na utilização dos serviços digitais e queda dos outros meios de atendimento. O Banco do Brasil esclarece os ganhos conquistados pelo autoatendimento digital da seguinte maneira,

o Autoatendimento Celular continuou crescendo na preferência dos clientes. Em 2014, foram realizadas 1,3 bilhão de transações nesse canal, crescimento de 163,4% em relação a 2013, por 4,4 milhões de usuários. Dessa forma, pela primeira vez, os acessos no celular superaram os realizados na Internet. As transações realizadas nos canais de autoatendimento via celular e Internet já representam 33,6% do total. Além de contar com mais de 100 transações disponíveis, o Autoatendimento Celular apresentou inovações ao longo de 2014, como o Saque Móvel, que permite programar e realizar saques nos caixas eletrônicos do BB de forma ágil, e a inédita solução de simulação de financiamento de veículos. (BANCO DO BRASIL, 2014, p. 5)

Desde o ano de 2011, às transações sem movimentação financeira realizadas pela internet e mobile banking foram as que mais cresceram, conforme evidencia o gráfico 3.

**Gráfico 3.** Evolução das transações sem movimentação financeira por grupo de canais (em bilhões de transações)



Fonte: Elaborado por Febraban (2018, p. 27).

No ano de 2013, o Banco do Brasil liderou o serviço de obtenção de crédito por smartphones. (BANCO DO BRASIL, 2013, p. 4). Em 2016, foi inaugurado o serviço Conta Fácil onde é possível realizar a abertura de contas através do aparelho celular. Também é possível emitir senhas para o atendimento presencial ou realizar renegociação de dívidas. Ainda com o aplicativo BP, é possível acessar o serviço Custeio Digital, um serviço voltado para o produtor rural que permite aos produtores realizarem seus orçamentos de projetos.

Portanto, o crescente uso das TICs constitui obstáculo para a manutenção do serviço dos correspondentes bancários, mas em especial para a continuação do BP, devido aos constantes conflitos trabalhistas e empresariais.

Sendo o dinheiro eletrônico e as tecnologias de comunicação a técnica em voga, a ECT, no ano de 2014, assinou um acordo com o Grupo Poste Italiane, no intuito de estabelecer uma *joint venture* (acordo entre duas ou mais empresas que estabelece parcerias estratégicas por um objetivo comercial comum, por tempo determinado), entre os Correios e a Poste Italiane e implementar em seu portfólio a operação virtual de telefonia móvel (MVNO). “Com previsão de se iniciar a operação piloto em fins de 2015 com a oferta comercial dos serviços de telefonia móvel na rede de atendimento dos Correios no decorrer do 1º trimestre de 2016.” (ECT, 2014a).

Um ano após o projeto-piloto, a ECT lançou o serviço “Correios Celular” junto a parceria estabelecida com a EUTV, da empresa Serve Telecom, operadora virtual que opera as frequências da TIM e presta Serviço Móvel Pessoal (SMP), autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Como afirma Evandro Macedo Gabarra (2013, p. 142), com sua experiência nos “serviços financeiros através do BP e de produtos como o Vale Postal, os Correios também poderiam construir um modelo de serviços integrados via celular”. Já em 2017, a parceria rendeu a cifra de “R\$ 14 milhões, com 500 mil usuários até o final do ano. Em 2018, a meta é de receita de R\$ 60 milhões.” (DCI, 2017)<sup>28</sup>.

No final de 2017, o serviço Correios Celular foi implantado em mais de 1.500 municípios. E os serviços de “busca CEP, rastreamento de objetos, preços, tarifas, embalagens, banco postal, operações financeiras e georreferenciamento farão parte dos aplicativos a serem disponibilizados para uso por meio de telefonia celular.” (ECT, 2018)<sup>29</sup>.

Assim, o Estado brasileiro através de suas empresas e órgãos reguladores, atua de forma a superar os obstáculos para a inclusão financeira apostando em substituir os cartões eletrônicos e ampliar a inclusão digital. Todavia, no início do século XXI, “os serviços substitutos dos cartões para a baixa renda, como mobile banking, eram praticamente inexistentes: os cartões continuarão a ser o meio de

---

<sup>28</sup> DCI (Diário do Comércio, Indústria e Serviços). **Correios lançam operadora de celular com plano pré-pago de R\$ 30**. maio de 2017. Disponível em <https://www.dci.com.br/servicos/correios-lancam-operadora-de-celular-com-plano-pre-pago-de-r-30-1.473130> Acesso 25 de julho de 2018.

<sup>29</sup> CORREIOS. Correios Celular. Disponível em: < <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/projetos-em-andamento>> Acesso em 22 de julho de 2018.

pagamento eletrônico mais comum para a baixa renda por algum tempo.” (DIAS E SELTZER, 2009, p. 244).

Contudo, a contínua expansão da “inclusão digital” e do acesso às tecnologias de comunicação e da internet móvel na atualidade,

já é maior do que por meio de computadores: em 2014, 76% dos usuários de Internet acessavam por meio do celular, contra 80% que utilizavam o computador. Em 2016, o uso do celular para Internet subiu para 94%, enquanto o acesso por computador caiu para 49%. Nas classes sociais mais baixas, observa-se grande percentual de usuários que acessam a Internet exclusivamente por celular. (BRASÍLIA, 2018, p. 16).

Dessa maneira, a recente inclusão financeira passa a ser sinônimo de inclusão digital. E a capilaridade territorial dos Correios é mais uma vez colocada como vantagem de associação, de forma que, a ECT inicia a venda de chips pré-pagos com planos variando de trinta reais a noventa reais.

Por exemplo, o plano Alô 30 possui franquia de dados de 1 gigabyte de internet, garantindo manutenção da mesma pelo período de 30 dias, além de disponibilizar 100 minutos para falar com qualquer celular e fixo de qualquer DDD nacional.

Assim, a expansão do uso dos serviços telefônicos pelos Correios é uma alternativa para manutenção da inclusão financeira, ao mesmo tempo que permite a ECT cumprir a missão de levar desenvolvimento social à população. Portanto, o Estado, através dos Correios, ao implementar inovações tecnológicas no território “coopera, ativamente, nos desígnios da nova organização” (SILVEIRA, 1997, p. 39), pois, como vimos, cada período histórico é caracterizado por normas políticas, técnicas e organizacionais obedientes às necessidades do mercado global, de modo que, as inovações financeiras são produzidas “pelas forças verticais e pelas existências horizontais” (SILVEIRA, 2017, p. 373).

As forças verticais são as normas impostas por organizações internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, entre outros. Já as existências horizontais são as articulações e alianças políticas nacionais, já que, os usos do território pelo Estado necessitam de articulações técnicas, políticas e infraestruturas disponíveis à cada período.

Nessa perspectiva, o movimento dialético que origina as ações do Estado se faz num complexo jogo de alianças e articulações edificadas no território mediante

aos objetos técnicos, uma vez que, estes são oriundo de “normas técnicas e organizacionais, mas também políticas que asseguram, à escala do Estado – Nação, um certo uso dos novos objetos técnicos.” (SILVEIRA, 1997, p. 41).

Dessa maneira, é possível assemelhar a atuação da ECT, a um mediador, um conciliador ou um árbitro da luta de classes brasileira. Ora ela usa o território como abrigo, investindo em políticas públicas e no desenvolvimento social da população; ora o usa como recurso, atendendo os interesses expansionistas de suas necessidades empresariais, bem como a de seus parceiros; ao mesmo tempo, a ECT determina a ordem, as regras e os limites de todas essas relações.

Deste modo, a racionalidade que guia as ações do Estado brasileiro, é a manutenção do poder socioterritorial e a manutenção da “estrutura sociometabólica do capital” (MÉSZÁROS, 2011; MÉSZÁROS, 2015), por conseguinte, a manutenção da “divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 16).

Portanto, se não fosse a opção política em perpetuar o tripé “capital, trabalho e Estado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 16) que constitui o núcleo da “estrutura sociometabólica do capital”, poderia o Estado brasileiro atender as reivindicações trabalhistas dos servidores dos Correios e realizar uma inclusão financeira voltada efetivamente ao social, ao invés de acabar com os inúmeros problemas relacionados ao BP através de novos investimentos em inovações tecnológicas obedientes ao capitalismo globalizado.

## 5 CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, procuramos entender algumas questões que envolvem a conflituosa relação entre Estado, instituições bancárias e população através das ações práticas e ideológicas do Banco Postal.

Nesse sentido, localizamos o Estado no período de globalização e apresentamos as relações entre as elites, os movimentos sociais e a população em geral com o poder. Assim, a partir de várias medidas realizadas pelo Estado e os demais atores, a maioria da população é incluída no sistema financeiro e, em pouco tempo, os bancos passam a anunciar lucros nunca antes alcançados, mesmo em período de crise.

Com tamanha euforia, o consumo, as inovações em tecnologias digitais e comunicacionais, garantem a necessidade do discurso de inclusão digital. Dessa forma, mais uma vez, ao incluir os excluídos, lucra-se com esta ação e a fome pela acumulação alcança todas as regiões, inclusive, os “pequenos mercados”.

Por esse viés, construímos o essencial da dissertação: compreender o papel dos Correios como instrumento de difusão da informação financeira, através das ações práticas, políticas e sociais do Banco Postal (BP).

Nessa perspectiva, no capítulo, “O poder do Estado brasileiro no uso do território: a formação dos Correios e do sistema financeiro brasileiro”, realizamos a discussão teórica balizada no conceito de poder e na hegemonia do Estado em conduzir os usos do território, mediando as necessidades globais e os anseios da luta de classes.

Assim, no subcapítulo, “Correios e os usos estratégicos da informação no território nacional”, tratamos a formação dos serviços de correios e telégrafos no território brasileiro. Como uma instituição estratégica, tanto para o Estado como para os atores empresariais, os Correios, através de sua infraestrutura, consolidam projetos normativos, reorganizando as ações de outros atores de forma política e social.

Dessa forma, a ECT evidencia sua função social e sua natureza empresarial de modo que, balizada em ambas concepções, articula uma em benefício da outra. Entretanto, esta forma de ação gera constantes conflitos, tanto empresariais como trabalhistas.



No subcapítulo “Constituição do sistema bancário e financeiro no território brasileiro: integração das redes de comunicação”, pontuamos a formação do sistema bancário e seu entrelaçamento com o sistema financeiro global. Evidenciamos o papel do Estado neste processo, cuja consagração é a implementação do BP e demais correspondentes.

No capítulo, “Formação do Banco Postal e o Alargamento das Finanças: articulações entre Correios e Bradesco no território brasileiro”, apresentamos um panorama reflexivo da configuração socioespacial do BP e a expansão do sistema financeiro a regiões e parcelas da população ainda não atingidas. Em seguida, no subcapítulo, “Correios e Bradesco: usos corporativos do território”, aprofundamos a questão a partir do exame do caso Bradesco.

Encerramos discutindo o contexto atual de extrema especialização dos serviços bancários digitais e as implicações destas inovações no território, no capítulo, “Nova Regulação dos Correios: da empresa rede ao território em rede”. Nesse viés, discutimos as possíveis implicações da nova regulação no subcapítulo, “Implicações sociais e comerciais do serviço postal bancário na atualidade - a superação do modelo de negócio do Banco Postal?”.

Sendo assim, longe de finalizar as discussões que estruturam a continental teia de conflitos, interesses e necessidades que envolvem a relação do Estado com o território via BP, nossa investigação buscou apresentar um caminho possível de compreensão da questão proposta.

Compreendemos que o BP é um serviço necessário à população, pois traz segurança nas relações salariais, bancárias, financeiras e de consumo. Entretanto, o preço pago é o aprofundamento da exploração do trabalho e a maximização do fetiche da mercadoria, ou seja, cada vez mais a exploração é mascarada pela ideologia do mundo ao alcance das mãos. O papel do Estado consolida o uso das tecnologias em prol da fluidez das relações comerciais e burocráticas, mas dessa maneira avança na exploração social do trabalho.

Assim, as relações entre sistema financeiro e a população ficam a cargo de políticas alicerçadas pelo financiamento público, isto é, são novas formas de atrair os excluídos e ampliar a receita do sistema financeiro global.

De modo a continuar o debate com as pesquisas anteriores, Igor Venceslau (2017, 2016) nos deixa duas inferências ao final de suas pesquisas que, graças ao nosso percurso investigativo julgamos necessário discuti-las em nossas

considerações finais. Segundo o geógrafo: Qual seria o interesse do Estado, duplamente, em garantir a expansão de um banco público por meio de uma outra empresa pública? Podemos afirmar que o diferencial do Banco do Brasil nesta segunda fase reside na estratégia de um governo diferente daquele de 2001, que havia realizado as privatizações anteriores?

Como vimos, o fato postal é a mercadoria matriz da ECT, ele é necessário para a manutenção da credibilidade e sobrevivência dos Correios no mercado brasileiro, mas também é fonte de sua expansão no mercado internacional. Os fixos postais são a estrutura dos Correios, é a partir deles que edifica-se a segurança e confiabilidade da empresa perante os mais de 200 milhões de habitantes. É o que faz muitos desses brasileiros abrirem suas contas no BP.

A bem-sucedida implementação da rede do BP estimulou o crescimento territorial de outros correspondentes bancários. O estabelecimento (e a expansão) desse objeto híbrido só foram possíveis devido a atuação do Estado nacional através de suas instituições normativas.

Com a retração das agências bancárias devido aos entraves da crise econômica e fiscal que marcou o início da década de 1990, o governo federal reestruturou suas contas através do uso TICs, que resultaram na implementação do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE).

Este centralizou o processamento da folha de pagamentos, tornando-a mais acessível. Com o passar do tempo, todos os órgãos das administrações direta, fundacional e autárquica do poder executivo passaram a se integrar ao SIAPE. Com a entrada das tecnologias digitais, via internet, essa plataforma foi transformada em SIAPEnet, que atualmente processa o pagamento de todos os servidores.

Aliado à capilaridade dos Correspondentes Bancários e o uso da plataforma do SIAPEnet se tornou possível à administração pública processar e executar o pagamento dos servidores públicos em tempo real de maneira desburocratizada e eficiente.

Assim, no ano de 2006 foi criada a conta salário. A conta salário é aberta unicamente para receber salários, abonos ou benefícios. Ela só permite o depósito da entidade pagadora e não pode ser movimentada por cheques, créditos, entre outros, há isenção de tarifas somente em relação aos serviços de fornecimento de cartão magnético para movimentação, cinco saques a cada crédito, duas consultas de saldo e dois extratos por mês.

Para movimentar sua conta o usuário é levado a abrir uma conta corrente ou conta poupança, transformando-a em conta salário, uma espécie de subconta. Dessa maneira, gradativamente cada trabalhador (a) brasileiro (a) passou a receber seu salário em caixas bancários e ser cliente correntista ou ter uma poupança em alguma instituição financeira determinada por seu empregador.

O governo federal leiloou suas folhas de pagamento, isto é, as folhas de pagamento viraram mercadoria. Não somente o salário dos servidores ativos, mas todos os benefícios pagos com dinheiro público são distribuídos pelos bancos. Embora, a conta salário não gera taxas bancárias, para qualquer serviço bancário como extrato, saque, uso do cartão, uso dos terminais eletrônicos, uso dos correspondentes o usuário é obrigado a abrir uma conta poupança ou corrente e a pagar as taxas estabelecidas no contrato.

No caso de abrir uma conta pelo BP as taxas bancárias mensais variam de R\$ 1,15, pelo serviços de transferência bancária entre contas das mesmas instituições, até R\$ 12,00, pelo serviço de utilização de canais de atendimento para retirada em espécie, acrescida ainda a anuidade do cartão com função de crédito e/ou débito dependendo do contrato estabelecido entre cliente e instituição bancária, segundo a última tabela de tarifas do BP.

Segundo a ECT (2010), no ano de 2010 o BP “superou a marca de 10 milhões de contas abertas desde sua inauguração”. Num cenário hipotético, se cerca de 1 milhão desses novos clientes são servidores públicos ou privados e recebem seus salários por meio de contas correntes no mesmo banco, pagando taxas de manutenção e movimentação de no mínimo R\$ 12,00 mensais, há um investimento mensal considerável. Isso sem contar os juros obtidos com a disponibilização de empréstimos bancários, conforme exposto por Dias (2017).

As taxas bancárias constituem a parcela do salário que é drenada para os bancos. É o dinheiro dos trabalhadores que mantém toda a infraestrutura bancária e possibilita os investimentos tecnológicos, econômicos e sociais. Uma parte desse lucro é escoada para o Estado que investe e paga seus projetos.

É nesse jogo político que se amplia a mais-valia socialmente produzida. Nesse sentido, como afirma Oliveira (1998, p. 35-36)

no lugar do fetiche da mercadoria colocou-se um fetiche do Estado, que é finalmente o lugar onde se opera a viabilidade da continuação da exploração

da força de trabalho, por um lado, e de sua des-mercantilização, por outro, escondendo agora o fato de que o capital é completamente social.

Deste modo, respondendo às questões de Venceslau (2017), a estratégia estatal não se modificou com a mudança dos governos, ao contrário, houve uma especialização dos serviços bancários e financeiros pela ECT que possibilitaram a ampliação de suas atividades e investimentos em tecnologias de informação; novos serviços, novos campos de atuação.

No entanto, a implementação do BP gerou inúmeros conflitos judiciais para a ECT, que estão conduzindo a outra transformação tecnológica, pautada agora no dinheiro eletrônico e nos objetos com tecnologia digital como o celular e o computador, podendo levar a superação do BP, mesmo sendo este objeto necessário hoje nos municípios sem assistência bancária.

Nesse sentido, o BP construído através de “normas que são, como os objetos, crescentemente híbridas porque sua natureza é técnica e política e, ao mesmo tempo, global, nacional e local” (SILVEIRA, 1997, p. 41), “que combina serviço, tecnologia de comunicação e produto, resultado de uma forma superior de inteligência financeira” (DIAS, 2017, p. 388) marca a entrada da ECT no paradigma da empresa em rede.

Por meio de suas parcerias estratégicas, os Correios inserem a sociedade brasileira na trama das redes. Pois, “uma estrutura social cuja infraestrutura esteja baseada em redes digitais tem a capacidade potencial de ser global.” (CASTELLS, 2017, p. 71). Ser global é a meta, tanto da ECT como do Banco do Brasil, uma vez que, o poder na sociedade em rede é o poder da comunicação, esses atores desempenham o papel de influenciar a esfera pública e transformar a relação das pessoas com as tecnologias e, por conseguinte, com o território.

Desse modo, o uso crescente das TICs, aliado à expansão da fibra ótica no território nacional e a expansão do uso do celular e dos smartphones incentivado pela empresa pública, possui maior alcance territorial do que as agências do BP, menos dispêndios de capital para despesas e elimina os conflitos trabalhistas.

A facilitação do uso dos smartphones constitui o estímulo para alcançar a pequena parcela da população que ainda não se bancarizou e, ao mesmo tempo, inserir as novas gerações na rede bancária e estatal. Assim, cada vez mais a tecnologia digital amplia seu espaço na intimidade de cada cliente que possui um smartphone. Ele não é mais um cliente é seu próprio assessor bancário e o banco uma sequência binária na palma de sua mão.

É nesse sentido que se estabelece a rugosidade do BP, pois não há mais campo para ele se expandir, já que a bancarização atinge no período atual, quase a totalidade da população produtiva, segundo a Febraban.

Dessa forma, ampliando a discussão para alguns cenários possíveis. A reestruturação do BP se relaciona à criação da subsidiária financeira uma vez que, em fevereiro deste ano o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução 4.639/2018 que libera a transferência de contas salário, realizada pelo trabalhador, de bancos tradicionais para instituições não bancárias, como bancos de investimento e sociedades de crédito (financeiras). Ou seja, a norma política já permite a consolidação desse novo objeto técnico no território.

Assim, o CMN outorga a entrada do modelo financeiro de atividade bancária sem filiais. Até então, o Brasil só permitia as transações bancárias realizadas pela Internet e via caixas automáticos (ATMs). Agora, a resolução 4.639/2018 amplia de maneira decisiva o uso das tecnologias digitais de comunicação, permitindo a criação de contas por meios virtuais, se estabelecendo assim, as relações financeiras entre clientes, agentes do varejo e os emissores de dinheiro eletrônico (bancários ou não).

Essa nova regulação vem de encontro ao uso crescente dos smartphones nas transações comerciais, de modo que, o incentivo do Estado e as necessidades de fluidez e rapidez do mercado, modificam a relação da população consumidora com o território e nela incita outro modo de ação no mesmo, baseado, sobretudo, na mediação do real pelas tecnologias de informação e comunicação.

Por essa perspectiva, é fácil acreditar na redução massiva das agências bancárias físicas num futuro próximo. Dessa forma, o que no território já foi considerado como a manifestação concreta do poder e da riqueza dos bancos, daqui há algumas décadas pode ser convertido em uma malha dispersa de rugosidades territoriais, onde simplesmente se acumula a burocracia, pois, os valores, o dinheiro, o capital flutua numa nuvem de códigos binários.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialética do Trabalho**: escritos de Marx e Engels. Vol II, Expressão Popular: São Paulo, 2013, 232 p.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva?** In. CASTRO, Iná Elias; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio (Org.). Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 73-91.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas Federais no Governo Lula**. In. SADER, Emir (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, 379 p.

ARROYO, Mónica. Território, Mercado e Estado: uma convergência histórica. **GEOgraphia (online)**, ano. 6, n. 12, 2004, p. 49-66. Disponível em:< [www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/download/153/148](http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/download/153/148) > Acesso em 10 agosto de 2018.

ARROYO, Mónica. Bases territoriais técnicas e normativas para os fluxos internacionais de comércio: o caso do Estado de São Paulo, Brasil. **Encontro dos Geógrafos da América Latina**, Lima, 2013, Anais... Lima: UIG, 2013.

BANCO DO BRASIL. **Análise de desempenho**: relações com investidores.(online) 2012, 150 p. Disponível em:< <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/Analise4T12MC.pdf> > Acesso 20 de julho de 2018.

BANCO DO BRASIL. **Análise de desempenho**: relações com investidores. (online) 2013, 138 p. Disponível em:< <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/4T13AnaliseDesempSP.pdf>> Acesso 20 de julho de 2018.

BANCO DO BRASIL. **Análise de desempenho**: relações com investidores.(online) 2015, 143 p. Disponível em:< <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/4T15AnaliseDesempLR.pdf>> Acesso 20 de julho de 2018.

BANCO DO BRASIL. **Análise de desempenho**: relações com investidores. (online) 2016, 135 p. Disponível em:< <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/4T16AnaliseDesempTT.pdf>> Acesso 20 de julho de 2018.

BANCO DO BRASIL. **Análise de desempenho**:relações com investidores. (online) 2017, 122 p. Disponível em:< <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/4T17AnaliseDesempCS.pdf>> Acesso 20 de julho de 2018.

BANCO DO BRASIL. **Análise de desempenho: relações com investidores.** (online) 2018, 130 p. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/2T18AnaliseDesempCG.pdf>> Acesso 20 de julho de 2018.

BARBOSA, Fernando de Holanda. "O Sistema Financeiro Brasileiro". **Mimeo EPEGE (online)**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1995, 20 p.

BARONE, Francisco Marcelo e SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. FGV: **Revista de Administração Pública (online)**, Rio de Janeiro 42 (6), nov./dez. 2008, p. 1249-1267.

BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). **Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional.** (online) Maio, 2012, 18 f. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/nor/relinconfin/Plano\\_de\\_Acao\\_PNIF.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/relinconfin/Plano_de_Acao_PNIF.pdf)>. Acesso em 12 junho de 2018.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os emergentes e a globalização financeira.** In. LASTRES, M.M.; CASSIOLATO, José Eduardo; LAPLANE, Gabriela; SARTI, Fernando. O futuro do desenvolvimento: ensaios em homenagem a Luciano Campinas, SP: UNICAMP, 2016, p. 69-78.

BECKER, Bertha Koiffmann. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto (online)**, PPGG - UFRJ, V. 2, N.1, 2012, p. 117-150.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. **Os Correios no Brasil e a Organização Racional do Trabalho.** Annablume: São Paulo, 1997, 142 p.

BRADESCO. **Informativo anual.** (online). 2003, 144 f. Disponível em <<https://bbdc.infoinvest.com.br/ptb/1645/00090030WAN.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2018.

BRADESCO. **Informativo anual.** (online). 2004, 118 f. Disponível em: <<https://bbdc.infoinvest.com.br/ptb/1637/00090040WAN.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2018.

BRADESCO. **Informativo anual.** (online). 2006, 164 f. Disponível em: <<https://bbdc.infoinvest.com.br/ptb/1630/00090060WAN.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2018.

BRADESCO. **Informativo anual.** (online). 2007, 171f. Disponível em: <<https://bbdc.infoinvest.com.br/ptb/1625/00090070WAN.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2018.

BRADESCO. **Informativo anual.** (online). 2008, 174 f. Disponível em: <<https://bbdc.infoinvest.com.br/ptb/1621/00090080WAN.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2018.

BRADESCO. **Formulário de Referência.** (online). 2010, 750 f. Disponível em: <[https://bbdc.infoinvest.com.br/ptb/1611/FR\\_2010\\_\\_V21.pdf](https://bbdc.infoinvest.com.br/ptb/1611/FR_2010__V21.pdf)>. Acesso em 22 de

junho de 2018.

BRADESCO. **Formulário de Referência**. (online). 2011, 733 f. Disponível em: <[https://bbdc.infoinvest.com.br/ptb/1586/FR\\_2011\\_\\_V14.pdf](https://bbdc.infoinvest.com.br/ptb/1586/FR_2011__V14.pdf)>. Acesso em 22 de junho de 2018.

BRASIL. **Estatuto Social da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos**. 2011, 38 p. Disponível em: <<http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/legislacao/pdf/180130NOVOESTATUTO.pdf>> Acesso em 20 abril 2018.

BRASÍLIA. **Estratégia Brasileira para a Transformação Digital: e-digital**. Brasília, 2018, 106 f. Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/estrategiadigital.pdf>>. Acesso em: 25 julho de 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Da crise fiscal à redução da dívida**. In. VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). Dívida Externa e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990, 16-46p. Disponível em: <<http://bresserpereira.org.br/papers/1988/97aDaCriseFiscalAReducacaoDaDivida.pdf>> Acesso em 10 julho de 2018.

CADE. **Pesquisa Processual**: Processo 08700.001945/2014-77. 2014. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/noticias/cade-autoriza-acordo-entre-bb-e-correios-para-ampliacao-de-atividades-financeiras>>. Acesso em 05 maio 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decisão da Presidência**: sobre impeachment. Brasília, 2015, 22 p. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/internet/agencia/pdf/Decis%C3%A3o\\_sobre\\_impeachment\\_CD.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/agencia/pdf/Decis%C3%A3o_sobre_impeachment_CD.pdf)>. Acesso em 20 julho de 2018.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 2 ed. V.1. Paz e Terra: São Paulo, 1999, 618 p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 2.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, 629 p.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, 243 p.

CATAIA, Márcio. Uso do território, compartimentações e poder político. **Encontro dos Geógrafos da América Latina**, Montevideo: 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/04.pdf>>. Acesso em 11 junho de 2018.

CATAIA, Márcio. Território usado e federação: articulações possíveis. **Educação & Sociedade (online)**, vol.34 n.125, Campinas, out./dez. 2013, p. 1135-1151. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v34n125/07.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

CGAP (Consultative Group to Assist the Poor). O uso de correspondentes bancários



no atendimento aos pobres: recompensas, riscos e regulamentação. **Focus Nota**, nº 38. 2006, 16 f. Disponível em: <http://docplayer.com.br/1320576-Focusnota-no-38-outubro-de-2006-o-uso-de-correspondentes-bancarios-no-atendimento-aos-pobres-recompensas-riscos-e-regulamentacao.html>> Acesso em 27 junho de 2018.

CHAUÍ, Marilena. Universidade em liquidação. **Folha de São Paulo**, 11 de julho de 1999. Disponível em: < [http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc\\_1\\_2.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_2.htm)> Acesso em: 31 de maio de 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Café de ideias**: Democracia e Sociedade Autoritária. Governo do Estado de Goiás; Centro Cultural Oscar Niemeyer; Jornal Popular. Duração 2'23'51. Ano 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aKHvNM72HHo>> Acesso em: 21 nov. 2014.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã, 1996, 335 p.

CONTEL, Fábio Betioli. **Território e Finanças**: técnicas, normas e topologias bancárias. (TESE). Universidade de São Paulo: USP, 2006, p. 323.

CONTEL, Fábio Betioli. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil.. **Cadernos CRH (online)**, vol. 22, nº. 55, 2009, p.119-134.

CORAZZA, Gentil. **Crise e Reestruturação Bancária no Brasil**. Projeto Pesquisa "Banco Central e Sistema Financeiro: Crise e supervisão bancária no Brasil". 2000, 21 p. Disponível em <[http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000\\_08.pdf](http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000_08.pdf)> Acesso em 01 junho 2018.

CORAZZA, Gentil. O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional. **Perspectiva Econômica (online)**, v.2, n. 1, jan./jun. p. 1-23, 2006.

COSTA, Fernando Nogueira da. Bancarização e financeirização. **Brasil Debate**: nov., 2015. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/bancarizacao-e-financeirizacao/>>. Acesso em 17 jan. 2018.

DIAS, Denise e SELTZER, Yanina. **Incluindo Milhões Hoje e Amanhã**: políticas e ações viáveis para um sistema financeiro inclusivo no Brasil. In. FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira e DODL, Alessandra von Borowski. (coords). Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil. 2009. p.13-26. Disponível em: < [http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/livro\\_inclusao\\_financeira\\_2009.pdf](http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/livro_inclusao_financeira_2009.pdf) > Acesso 01 de agosto de 2018.

DIAS, Leila Christina. O Sistema Financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e integração territorial. Anuário do Instituto de Geociências. **Revista UFRJ (online)**. v.15, 1992, p. 43-53

DIAS, Leila Christina. **Por que os bancos são o melhor negócio no país?** In. ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. (org.). Que país é esse? pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005, 372 p.

DIAS, Leila Christina e LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial das redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. **CADERNO CRH (online)**, Salvador, v. 22, n. 55, jan./abr., 2009, p. 97-117.

DIAS, Leila Christina. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 2, 2017, p. 384-396.

ECT. **Relatório Empresarial 2000**. Brasília, 2000. Disponível: < [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-empresariais/pdf/Relatorio\\_Empresarial\\_2000.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-empresariais/pdf/Relatorio_Empresarial_2000.pdf) > Acesso em 20 julho de 2018.

ECT. **Relatório Empresarial e Social da ECT**. 2007. 70 f. Disponível em: < [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-imprensa/publicacoes/relatorios/relatorios-e-balancos-sociais/pdf/Relatorio\\_Social\\_2007.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-imprensa/publicacoes/relatorios/relatorios-e-balancos-sociais/pdf/Relatorio_Social_2007.pdf)>. Acesso em 21 junho 2018.

ECT. **Relatório da Administração**. 2010. Disponível em: < [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao\\_2010.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao_2010.pdf)>. Acesso em 11 de agosto de 2018.

ECT. **Comissão Especial de Seleção**. Ata da Reunião de Seleção de Parceiro Banco Postal: edital de chamamento nº 001/2011. 31 maio 2011a. Disponível em < [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/sustentabilidade/vertente-social/selecao-parceiro-banco-postal/pdf/ATA\\_REUNIAO\\_SELECAO\\_PARCEIRO\\_BANCO\\_POSTAL.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/sustentabilidade/vertente-social/selecao-parceiro-banco-postal/pdf/ATA_REUNIAO_SELECAO_PARCEIRO_BANCO_POSTAL.pdf)>. Acesso em 20 de julho de 2018.

ECT. **Prestação de Contas**: relatório de gestão 2011. Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. 2011b. 1714 f. Disponível em: <[http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2011/Relatorio\\_de\\_gestao\\_de\\_2011\\_ECT\\_16.05.2012.pdf](http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2011/Relatorio_de_gestao_de_2011_ECT_16.05.2012.pdf)> Acesso em 20 de julho de 2018.

ECT. **Seleção Parceiro Banco Postal**: complemento ao terceiro grupo de questionamentos e respostas referente ao certame do chamamento 001/2011. 25 maio de 2011c. Disponível em < [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/sustentabilidade/vertente-social/selecao-parceiro-banco-postal/pdf/Respostas\\_Edital\\_Chamamento\\_001\\_documento5.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/sustentabilidade/vertente-social/selecao-parceiro-banco-postal/pdf/Respostas_Edital_Chamamento_001_documento5.pdf) > Acesso em 22 julho de 2018.

ECT. **Prestação de Contas**: exercício financeiro de 2012. Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: 2012, 1584 f. Disponível em:[https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2012/RelatriodeGestode2012\\_ECT\\_16.5.13.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2012/RelatriodeGestode2012_ECT_16.5.13.pdf) Acesso em 20 julho de 2018.

ECT. **Prestação de Contas:** exercício financeiro de 2013a. Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: 2013, 1.364 f. Disponível em: [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2013/RelatriodeGestode2013\\_ECT\\_120514.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2013/RelatriodeGestode2013_ECT_120514.pdf) Acesso em 20 julho de 2018.

ECT. **Relatório da Administração da ECT:** demonstrações contábeis. 2013b. 75 f. Disponível em: [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao\\_2013.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao_2013.pdf) > Acesso em 20 de julho de 2018.

ECT. **Relatório de administração da ECT.** 2014a, 27 p. Disponível em: [http://www.correios.com.br/sobrecorreios/a/empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao\\_2014.pdf](http://www.correios.com.br/sobrecorreios/a/empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao_2014.pdf)> Acesso em: 16 abril 2015.

ECT. **Prestação de Contas:** relatório de gestão. (online) Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: 2014b, 1364 f. Disponível em: [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2013/RelatriodeGestode2013\\_ECT\\_120514.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2013/RelatriodeGestode2013_ECT_120514.pdf) Acesso em 20 julho de 2018.

ECT. **Prestação de Contas:** relatório de gestão. (online) Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: 2015, 1364 f. Disponível em: [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2013/RelatriodeGestode2013\\_ECT\\_120514.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2013/RelatriodeGestode2013_ECT_120514.pdf)>. Acesso em 20 julho de 2018.

ECT. **Prestação de Contas:** relatório de gestão. (online) Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: 2016, 1364 f. Disponível em: [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2013/RelatriodeGestode2013\\_ECT\\_120514.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2013/RelatriodeGestode2013_ECT_120514.pdf)>. Acesso em 20 julho de 2018.

EXAME. Inovação a serviço da inclusão bancária. In. **REVISTA EXAME.** 1150 ed. Abril: São Paulo. Ano 51, n. 22, 22 nov. 2017, 210 p.

FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2013.** (online) Febraban: 2013. 67 p. Disponível em: [https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Bancaria\\_2013.pdf](https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Bancaria_2013.pdf)>. Acesso em 21 julho de 2018.

FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2015.** Deloitte: 2015. 53 p. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Relatorio%20->

%20Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202015.pdf>. Acesso em 21 julho de 2018.

FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2017**. (online). Deloitte: 2017. 46 p. Disponível em: < [https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202017\\_final.pdf](https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202017_final.pdf)>. Acesso em 21 julho de 2018.

FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2018**. (online) Deloitte: 2018. 47 p. Disponível em: < [https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/febraban\\_2018\\_Final.pdf](https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/febraban_2018_Final.pdf)>. Acesso em 21 julho de 2018.

FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira e DODL, Alessandra von Borowski. **Inclusão financeira no Brasil. Projeto estratégico do Banco Central**. In. FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira e DODL, Alessandra von Borowski. (coords). Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil. 2009. p.13-26. Disponível em: < [http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/livro\\_inclusao\\_financeira\\_2009.pdf](http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/livro_inclusao_financeira_2009.pdf) >. Acesso 01 de agosto de 2018.

GABARRA, Evandro Macedo. **Adoção do modelo MVNO no Brasil e Consequências para a Cadeia de Valor de Telecomunicações Móveis**. Dissertação (Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2013, 224 p.

GALLO, Fabrício. **O Papel do Transporte Aéreo na Integração do Território Brasileiro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. Campinas, 2006, 105 p.

GALLO, Fabrício. As preocupações com a integração territorial do Brasil e o pensamento geopolítico nacional: a relevância da aviação na ocupação do país. In. **Revista Entre-Lugar (online)**, Dourados/MS, ano 1, n. 2, 2º semestre, 2010, p. 57-74.

GALLO, Fabrício. **Uso do território e federalismo como evento**: a difusão regional de infraestruturas analisadas a partir das Transferências Intergovernamentais Voluntárias entre União e municípios. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2011, 221 p.

GALLO, Fabricio. Aspectos da reorganização das solidariedades federativas no território nacional: o engessamento tributário planejado no Brasil e a difusão seletiva do meio técnico-científico-informacional. **Boletim Goiano de Geografia (Online)**, v. 33, 2013, p. 355-372.

GALLO, F. Usos do território e o papel do Estado no Brasil: notas sobre a atuação da Agência Desenvolve SP. Geousp – **Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, agosto, 2017, p. 480-496.

GERTEL, Sérgio. **Geografia, informação e comunicação: a imagem postal brasileira**. Dissertação (Mestrado): Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, 274 p.

GERTEL, Sérgio. Geografia, Informação e Comunicação: a imagem postal brasileira. In. **Revista Experimental**, São Paulo, v. 1, n.2, 1997, p. 67-75.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Texto originalmente intitulado "The evolution of the concept of territory", traduzido de versão publicada no periódico Social Science Information, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29–47. **Boletim Campineiro de Geografia (online)**, v.2, n.3, 2012, p. 523–545.

JAYO, M. **Correspondentes bancários como canal de distribuição de serviços financeiros: taxonomia, histórico, limites e potencialidades dos limites de gestão de redes**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010, 195 p.

MACHADO, Lia Osorio. O visível e o invisível: o sistema financeiro--corporativo mundial sob o prisma da extraterritorialidade e do binômio legal/ilegal. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 325-340

MAGALHÃES, Gildo. **Telecomunicações**. In. VARGAS, Milton (org.). História da técnica e da Tecnologia no Brasil. São Paulo: Unesp/CEETEPS, 1994, 412 p.

MAZZALI, Leonel, SOUZA, Maria Carolina de Azevedo Ferreira de e NEVES, Hélio Rubens Oliveira das. Compartilhamento e aquisição de competências na estratégia da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. **Revista Produção**, v. 20, n. 2, abr./jun. 2010, p. 290-301.

MEDEIROS, Daniel de Souza Medeiros & SPOSITO, Eliseu Savério. A TERRITORIALIZAÇÃO DO Sistema Bancário na Metrópole Paulistana. **GEOUSP - Espaço e Tempo (online)**, São Paulo, Nº 17, 2005, p. 121 – 132.

MELLO, Marco Aurélio Mello e GRAU, Eros Roberto. Correios: serviço público ou atividade. In. **Revista de Direito Administrativo (online)**, FGV, v. 252, 2009, p. 245-275.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011, 1102 p.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2015, 191 p.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Polis, 1984, 392 p.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor: economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 231.

OLIVEIRA, Wagner Pinheiro de. **A importância de um serviço postal público**. In. Jornal da Cidade, Bauru, 2013. Disponível em: <[https://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=230144](https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=230144)> Acesso em 01 maio de 2018.

PAULA, Luiz Fernando de. Financiamento, Crescimento Econômico e Funcionalidade do Sistema Financeiro: Uma Abordagem Pós-Keynesiana. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 43, n.2, abr.-jun, 2013, p. 363-396.

POCHMANN, Marcio. **Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI**. In. SADER, Emir (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, 379 p.

PRATES, Daniela Magalhães. **Bancos e o ciclo da estabilização à crise financeira**. In. MARCOLINO, Luiz Cláudio; CARNEIRO, Ricardo (orgs). Sistema Financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira. São Paulo: Publisher Brasil e Editora Gráfica Atitude Ltda., 2010, 264 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Série Temas. V.19. Geografia e Política. Editora Ática: São Paulo. 1993, 269 p.

SANDRONI, Paulo (orgs.). **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999, 650 p.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org) Território: globalização e fragmentação. 4. Ed. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1998, p. 15-20.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: USP, 1997, 308 p.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, ano. 1, n. 1, 1999, p. 7-13.

SANTOS, Milton. et al. O Papel Ativo da Geografia – Um Manifesto. Apresentado pelo Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, do Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) no XII Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais**. Florianópolis, julho de 2000, p. 103-109.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, 236 p.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, 440 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5.ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2009, 176 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5.ed. São Paulo, Editora da Universidade de São

Paulo, 2014, 120 p.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012, 475 p.

SASSEN, Saskia. **As finanças e suas capacidades: a crise como lógica sistêmica**. In. SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016, 336 p.

SCHREIBER, José Gentil. **O Papel do Microcrédito no Combate à Pobreza: avaliação do impacto do microcrédito sobre a renda dos microempreendedores, clientes do Banco do Empreendedor**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009, 172 p.

SILVA JUNIOR, Roberto França. **Circulação e logística territorial: a instância do espaço e a circulação corporativa**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009, 374 p.

SILVA JUNIOR, Roberto França da e OLEGÁRIO, Polianna Teixeira. (2016). Da Lenta Circulação Postal no “Arquipélago Brasil” à Integração Logística do Território: o papel estratégico dos Correios na geopolítica e na integração do território. **Boletim Campineiro de Geografia (online)**, v. 6, n. 1, 2016, p. 45-66

SILVEIRA, María Laura. Concretude Territorial, Regulação e Densidade Normativa. **Revista Experimental**, n.2, 1997, p. 35-45.

SILVEIRA, María Laura. **Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial**. In: Viana AL, Ibañez N, Elias PEM, organizadores. **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 127-150.

SILVEIRA, María Laura. Banalidade das finanças e cidadania incompleta: lugar e cotidiano na globalização. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, agosto, 2017, p. 370-383.

SINTECT-SP. **A violência urbana e o serviço postal**. Cartilha. Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares de São Paulo, Grande São Paulo e zona postal de Sorocaba: São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.sintect-sp.org.br/noticias/cartilha-de-prevencao-contra-os-assaltos-2> Acesso em 15 jan 2018.

SINTECT-MG (Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares de Minas Gerais). **Querem acabar com os Correios: mas nós não vamos deixar**. Panfleto, 2016.

SOUZA, Angelita Matos. Financeirização global e Estados Nacionais. **Cadernos Cemarx**, n. 2, 2005, p. 30-34.

TEIXEIRA, Tadeu Gomes. **Os Correios em Transformação: reestruturação, organização do trabalho e políticas de gestão do trabalho (1994 - 2011)**. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas: Campinas, 2013.

VENCESLAU, Igor. Correios, finanças e uso do território: elementos para um debate sobre o Banco Postal brasileiro. In. VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014, São Paulo. **Anais Estudos Territoriales**, 2014. v. 1. p. 2338-2354.

VENCESLAU, Igor. **Correios, logística e uso do território**: o serviço de encomenda expressa no Brasil. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2017. 250 p.